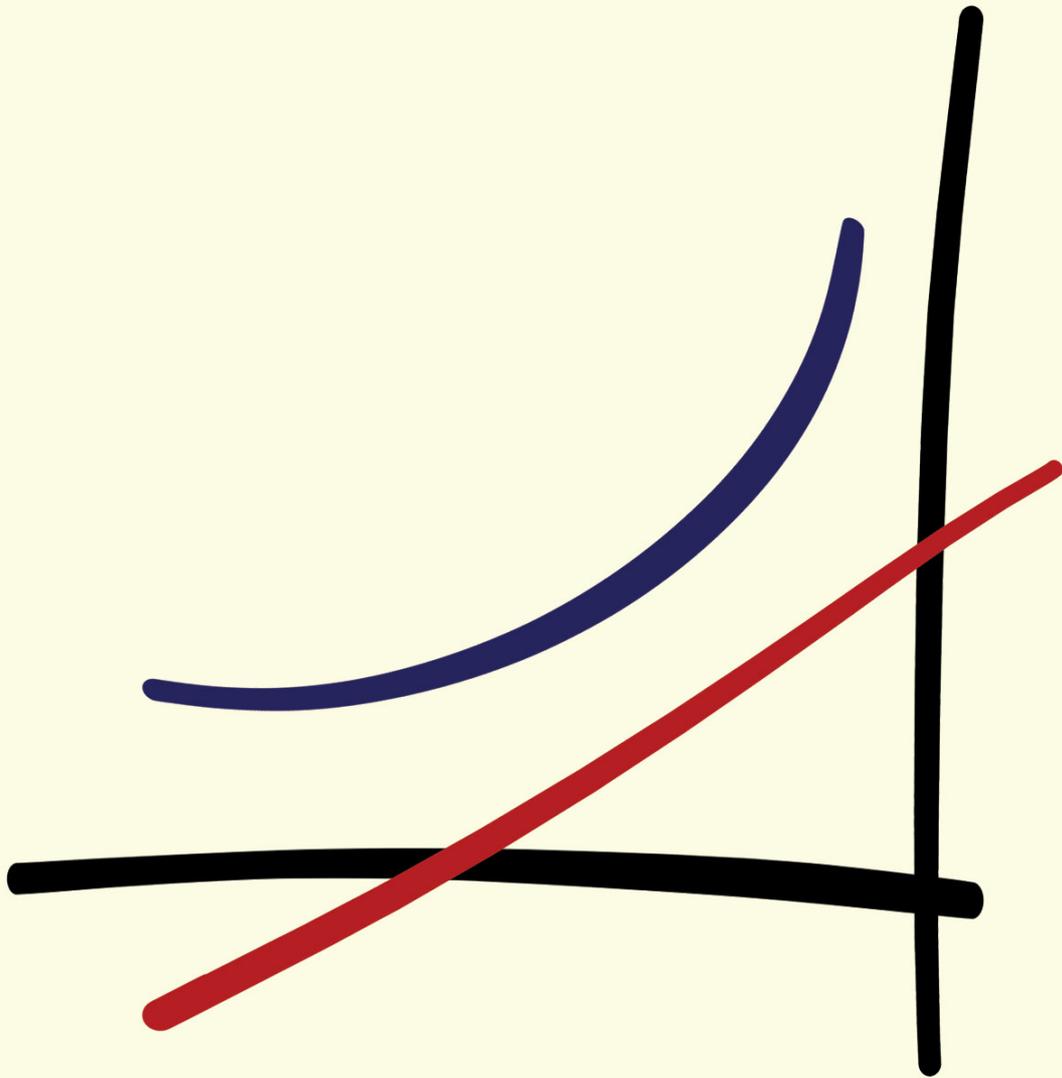


Sandra Reimão

MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO



Sandra Reimão

MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO

DOI: 10.11606/9788572052122

Nova Edição
2018

São Paulo
ECA - USP

Expediente

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes

Diretor da ECA-USP: Prof. Dr. Eduardo Henrique Soares Monteiro

Vice-Diretora da ECA-USP: Profa. Dra. Brasilina Passarelli

Expediente da publicação

Editora: Escola de Comunicações e Artes (USP)

Design e Diagramação: Carina Seles

Imagem Livros: Pixabay - CC0 Creative Commons, atribuição não requerida.

Capa: Fábio Uehara

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

R363m

Reimão, Sandra

Mercado editorial brasileiro [recurso eletrônico] / Sandra Reimão
- São Paulo: ECA-USP, 2018.
61 p.

ISBN 978-85-7205-212-2

DOI 10.11606/9788572052122

1. Editoração - Brasil 2. Mercado editorial - Brasil I. Título

CDD 21.ed. – 070.50981

Elaborado por: Sarah Lorenzon Ferreira CRB-8/6888

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria. Proibido qualquer uso para fins comerciais.



Sumário

Introdução	5
Sobre a Noção de <i>Best-seller</i>	9
Anos 60: Explosão Qualitativa da Fruição Privada	16
Anos 70: Industrialização e Segmentação da Cultura	26
Anos 80 : Ecletismo e Oscilações	40
Referências Bibliográficas	56

Introdução

É consenso entre os estudiosos da comunicação assinalar o ano de 1922, ano do advento do rádio no Brasil, como aquele que marca o início da indústria cultural entre nós. O rádio inaugura um sistema de comunicação de massa que viria a se compor com as revistas periódicas veiculadoras de notícias e “fofocas” sobre cantores e cantoras, com o teatro de revista, com a indústria fonográfica e ainda, a partir de 1929, com os filmes musicais e as chanchadas nacionais.

É também consenso entre os teóricos brasileiros da comunicação que a indústria cultural no Brasil veio a se desenvolver em termos quantitativos realmente significativos apenas na década de 1960, sendo que o lançamento do *Jornal Nacional* como noticiário televisivo diário, pela Rede Globo de Televisão, em 1969, é tomado como um marco da produção cultural industrializada no Brasil.

Dos vários ramos que compõem a indústria da comunicação no Brasil pós-1960, a televisão é, sem dúvida, o setor sobre o qual mais se tem escrito. Essa dominância quantitativa tem sua razão de ser, pois, no Brasil, a televisão é o mais influente meio de comunicação de massa e é em torno dela que gira a maioria das produções de nossa indústria cultural.

Muito se tem estudado também sobre o rádio e o cinema no Brasil. Entretanto, a produção editorial brasileira, como fato comunicacional, parece ser um dos ramos menos estudados da produção cultural industrializada.

Nosso objetivo é conhecer e analisar esse ramo da indústria da comunicação. Nossas questões são: como se comportou a produção de livros correlata ao desenvolvimento e maturidade da indústria cultural brasileira? Para onde vão as preferências do público leitor? Por quê? Essas preferências indicam “avanços” ou “retrocessos” culturais?

A fim de tentar atingir nossos objetivos, utilizamos basicamente três instrumentos:

1. os dados quantitativos gerais (não especificados) sobre o mercado editorial brasileiro: total de títulos e de exemplares publicados e vendidos por ano, pontos de venda, segmentação desses títulos etc. (mesmo conhecendo a imprecisão dos dados e as variações dos mesmos conforme a fonte utilizada);
2. dados sobre os livros mais vendidos de cada ano: esses dados, que não estão disponíveis para todos os anos abordados, são utilizados como “sinalizadores” das temáticas e preocupações dominantes no setor da população que tem acesso a livros;
3. dados históricos e conjunturais que ajudam a iluminar, enfocar e esclarecer os dados de vendagem.

O primeiro passo da pesquisa¹ que resultou neste livro foi enfocar conceitualmente os termos *best-seller*, mercado literário e literatura de mercado. Não partimos, quanto ao tema, de nenhuma visão fechada pré-concebida. Não compartilhávamos então e não compartilhamos agora de uma postura “apocalíptica”, nem “integrada” (para utilizarmos a distinção e a linguagem de Umberto Eco)².

Nossa postura é um tanto mais ambígua devido à complexidade do fenômeno em questão. Para assinalar essa complexidade, lembremos aqui a fundamental distinção elaborada por Habermas entre “facilitação econômica” e “facilitação psicológica”, em que o primeiro desses conceitos indica o caráter positivo da comunicação de massa e da industrialização dos produtos culturais, cujo barateamento os torna acessíveis a mais pessoas, e o segundo indica a face negativa do mesmo processo, que pode gerar a banalização e a simplificação dos produtos culturais em busca do sucesso fácil nesse mercado ampliado³.

Dentro dessa questão dos aspectos positivos e dos nocivos da relação entre produção cultural e mercado, buscamos também mapear as principais posturas conceituais sobre o vínculo entre literatura e mercado, entre alta literatura e literatura de mercado. Enfocando estas questões conceituais e teóricas, elaboramos o texto “Sobre a Noção de *Best-seller*”, publicado como primeiro capítulo neste volume.

1 A pesquisa foi elaborada entre 1989 e 1994, e só se tornou possível graças ao apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) através de uma bolsa pesquisa.

2 Umberto Eco, *Apocalípticos e Integrados*.

3 Jürgen Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, cap. V.

A partir da questão inicial, sob o enfoque escolhido e com o pressuposto teórico referido acima, passamos então a analisar a produção editorial brasileira a partir de 1960.

Esse período foi abordado no capítulo intitulado “Anos 60, Explosão Qualitativa da Fruição Privada”. Apesar das dificuldades que enfrentamos no que diz respeito à localização de dados sobre a produção e o mercado editorial no período, foi possível organizar os dados que pretendíamos abordar e realizar um primeiro mapeamento e sinalização de como esses dados podem ser iluminados por um amplo leque de fatores culturais e econômicos. Em uma época tão conturbada como os anos 60 no Brasil, os dados políticos conjunturais e as amplas questões políticas mundiais se mostraram chaves imprescindíveis para a compreensão das variações das preferências temáticas dos leitores brasileiros.

A seguir, passamos a focar o mercado editorial nos anos 70. Durante essa etapa da pesquisa ficou patente para nós o significado desse período em termos de mercado editorial e localizamos nele o crescente processo de industrialização da produção cultural.

Alguns dados básicos correlatos ao “milagre econômico” brasileiro, como a queda nas taxas do analfabetismo, o crescimento do número de universitários e o crescimento do Produto Interno Bruto, informam e esclarecem o crescimento quantitativo do mercado editorial nacional nos anos 70, década em que se ultrapassa a deplorável barreira de um livro por habitante ao ano. Mas é nas listas dos *best-sellers* da época que ficam claras as preferências do leitor e o atrelamento delas ao forte desenvolvimento da indústria cultural entre nós. Neste contexto, a segmentação do mercado editorial se impôs, como mostramos no capítulo “Anos 70, Industrialização e Segmentação da Cultura”.

O último capítulo, “Anos 80, Ecletismo e Oscilações”, caracteriza os dados quantitativos gerais sobre o mercado editorial no período e, tendo como pano de fundo os dados gerais, examina os títulos específicos dos livros mais vendidos.

Muitos resultados interessantes e relevantes tornaram-se patentes nesta etapa da pesquisa, como por exemplo o vínculo entre a conjuntura social, um certo “humor” político, a variação na presença de autores brasileiros entre os títulos mais vendidos, que apresentou aumento relativo, nas listas dos mais vendidos, durante o processo

da abertura política e da campanha Diretas Já. Se atentarmos para a especificidade dos títulos, especialmente os do segmento não ficção, essa correlação torna-se ainda mais explícita.

Os capítulos deste livro foram publicados em forma de artigos que divulgaram resultados parciais, ainda durante a execução da pesquisa. A indicação dos locais de publicação das versões originais e iniciais de cada capítulo encontra-se nas aberturas dos mesmos.

Sobre a Noção de *Best-seller*

A expressão *best-seller*, aplicada a livros e à literatura, comporta dois campos de significação, nem sempre coincidentes.

A primeira significação da expressão, em sua acepção mais literal, diz respeito ao comportamento de vendas de um livro em um determinado mercado editorial. *Best-sellers* indica aqui os livros mais vendidos de um período em um local. Nesse sentido é uma expressão quantitativa e comparativa, e que diz respeito a vendas.

Ainda no sentido quantitativo de vendas, já se buscou estabelecer critérios não puramente comparativos para determinar um *best-seller*. Frank Luther Mott, em um texto editado em 1947, propõe classificar como *best-seller* “os livros que, segundo se calcula, têm uma venda total igual a 1% da população dos Estados Unidos continentais na década em que foram publicados”⁴. Este critério seria válido apenas para os EUA, necessitando adaptações para outras realidades.

Ao lado da acepção ligada às vendas no mercado editorial, a expressão *best-seller*, quando aplicada à literatura de ficção, passou a designar também, por extensão, um tipo de texto – características internas, imanentes, de um tipo de narrativa ficcional.

Muitos autores, de tendências e pressupostos variados, buscaram elucidar quais seriam as características que fariam de um texto ficcional, um texto de literatura *best-seller* – também chamada de paraliteratura, literatura trivial, subliteratura, literatura de entretenimento, de massa ou de mercado.

Há um consenso de que essa literatura, descendente do romance-folhetim, expandiu-se a partir de meados do século XIX e especialmente no século XX, e de que esses textos devem ser inseridos na lista dos primeiros produtos da indústria cultural, a qual, por sua vez, é vinculada à fase monopolista do capitalismo e à sociedade de

⁴ Este texto foi publicado originalmente na revista *Comunicação & Sociedade*, 18, dez. 1991. Frank Luther Mott, *Golden Multitudes: The Story of Best-sellers in the United States*, p. 303.

consumo. À parte esse consenso, há várias formas de caracterizar a literatura de massa.

Em seu livro *Teoria da Literatura de Massa*⁵, Muniz Sodré, ao abordar a estrutura folhetinesca presente ainda na literatura trivial, afirma que esta agencia sempre quatro elementos:

1. presença de um herói super-homem “[...] investido de características românticas que acentuavam a ideia de destino e de uma especial rejeição das regras sociais”;
2. atualidade informativo-jornalística;
3. oposições míticas – “[...] o bem e o mal, a felicidade e a amargura [...]”;
4. preservação da retórica culta – “[...] a retórica do folhetim é pobre, esquemática [...] (mas) sempre subsidiária da literatura culta (...Romantismo...Realismo...)”.

Esta preservação da retórica culta está presente na literatura de entretenimento trivial não só como estrutura, mas também como conteúdo. Esse fato é salientado por Dieter Prokop em sua divertida descrição, não da estrutura dos romances para as massas, mas de seus conteúdos explícitos:

Nos romances *best-sellers*, fascina uma mistura que reúne sem escrúpulos aquilo que – visto de um ângulo rigorosamente lógico – não tem relação entre si: combinações de cultura letrada, resquícios de acontecimentos históricos, mas também, obscenidades agradáveis (que, em geral, são apresentadas com indignações hipócritas); também brigas familiares combinadas com símbolos de *status* e poder econômico e de luxo⁶.

Tanto a enumeração dos conteúdos explícitos quanto a dos elementos estruturais encontráveis na literatura de massa ajudam a iluminar esse fenômeno da indústria cultural, mas não o caracterizam de forma definitiva, pois todos os elementos enumerados podem ser encontrados esporadicamente também na chamada alta literatura⁷.

A caracterização dos textos da paraliteratura passa necessariamente pela demarcação da distância, da diferença entre eles e os representantes da literatura culta, pela distinção entre cultura de massa e alta cultura.

5 Muniz Sodré, *Teoria da Literatura de Massa*, pp. 82-84.

6 Dieter Prokop, “Fascinação e Tédio na Comunicação: Produtos de Monopólio e Consciência”, em *Ciro Marcondes Filho (org.), Dieter Prokop*, p. 150.

7 Como salienta Muniz Sodré na seqüência de seu texto que acabamos de citar.

Literatura de Massa e Literatura de Proposta

Tomando como referência a alta literatura, também chamada de literatura culta, erudita ou de proposta (designação preferida por Umberto Eco), Todorov e Ducrot caracterizam a literatura de massa como aquela em que “a obra individual conforma-se inteiramente ao gênero e ao tipo”⁸, ao contrário da alta literatura em que cada obra tem uma originalidade própria irreduzível. Ou seja, “a habitual obra prima literária não entra em nenhum gênero a não ser o seu, mas a obra prima da literatura de massa é precisamente o livro que melhor se insere no seu gênero”⁹.

Embora Todorov esteja dando ênfase aqui à questão dos gêneros e em especial à da contraposição da alta literatura com os gêneros mais estruturados da literatura de massa (romance policial, romance de aventura, ficção científica e romance sentimental), essa questão da originalidade única e irreduzível abrange também desde o nível narrativo até o dos valores pessoais e morais. Processos estes que, no caso da alta literatura, produzem uma visão de mundo singular e inconfundível.

A originalidade da alta literatura, que tem sua contraposição no caráter regado da literatura de mercado, é um fato correlato à questão do esforço necessário para ler um e outro tipo de texto literário, como sintetiza José Paulo Paes retomando, neste ponto, Umberto Eco:

Outro critério de diferenciação é o esforço [...] a cultura de massa se preocupa em poupar-lhe (ao consumidor), maiores esforços de sensibilidade, inteligência ou mesmo atenção ou memória [...]. Já a cultura de proposta não só problematiza todos os valores como também a maneira de representá-los na obra de arte, desafiando o fruidor desta a um esforço de interpretação que lhe estimula a faculdade crítica em vez de adormecê-la¹⁰.

Originalidade, por parte da narrativa, e conseqüente esforço para sua fruição, características fundamentais da alta literatura, possibilitam que ela se coloque em um campo ideológico e de função social oposto ao da literatura de mercado.

A literatura trivial, ao carecer de originalidade e redundar os esquemas percep-

8 Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov, *Dicionário das Ciências da Linguagem*, p. 189.

9 Tzvetan Todorov, “Tipologia do Romance Policial”, em *Poética da Prosa*, p. 58.

10 José Paulo Paes, “Por uma Literatura Brasileira de Entretenimento”, em *A Aventura Literária: Ensaio sobre Ficção e Ficções*.

tivos e conceituais do leitor, acaba por apenas repetir e reafirmar o mundo “tal qual ele é”. E essa eterna repetição acaba por justificá-lo: “O mundo é o que é, e é assim porque é assim que ele deve ser”.

É a esse repetir e justificar o fruir convencional das coisas tal como se encontram estruturadas no mundo real que Umberto Eco refere como o principal mecanismo de consolação da literatura de grande difusão. Entre os vários mecanismos consolatórios presentes na literatura *best-seller* (final-feliz, punição dos “malvados”, os “bons” provam que sempre o foram), o mais fundante, “[...] o mais satisfatório e consolador é o fato de que tudo continua no lugar”.

Essa é, para Eco, a grande satisfação, a grande tranquilidade que a paraliteratura oferece a seu leitor. “Consolação pela reiteração do esperado”. É a certeza de que se alguma coisa muda é apenas “para que tudo permaneça imutável”. É por isso que, para Eco, a literatura de facilitação é um fenômeno do campo da psicologia social¹¹.

Já, por outro lado, a possibilidade de constituir uma visão singular do mundo e de alterar as percepções e conceituações mecanizadas permite à alta literatura o afastamento da realidade empírica, do eterno justificar do fruir convencional do mundo “como ele é” e – requisito indispensável para toda verdadeira arte e cultura – abrem-se as portas da promessa, do que a vida poderia ser, mas não é, em um mundo mecanizado, alienado e reificado.

Adorno retrata essa oposição desta maneira:

Aquilo que em geral e sem mais se poderia chamar cultura, queria, enquanto expressão do sofrimento e da contradição, fixar a ideia de uma vida verdadeira, mas não queria representar como sendo vida verdadeira a simples existência (Dasein) e as categorias convencionais e superadas da ordem, com as quais a indústria cultural a veste, como se fosse a vida verdadeira, e essas categorias fossem a sua medida¹².

Da Teoria do Degrau à Teoria do Filtro

Buscando abrir mais o leque de problemas que envolvem a noção de *best-sel-*

11 Umberto Eco, *Apocalípticos e Integrados*, pp. 190-206.

12 Theodor W. Adorno, “A Indústria Cultural” (conferência radiofônica), em Gabriel Cohn (org.), *Comunicação e Indústria Cultural*, p. 292.

ler, vejamos brevemente, em grandes divisões, as principais posições avaliativas a respeito desse fato da comunicação de massa.

Uma primeira posição frente à literatura de mercado poderia ser chamada de “teoria do degrau”, ou seja, concebe-se a literatura trivial como uma primeira etapa, um degrau de preparação do leitor para torná-lo apto a enfrentar textos da literatura de proposta. Entre nós, brasileiros, um adepto dessa postura é José Paulo Paes, que afirma:

Da massa de leitores destes últimos autores (Alexandre Dumas ou Agatha Christie) é que surge a elite dos leitores daqueles (Gustave Flaubert e James Joyce) e nenhuma cultura realmente integrada pode se dispensar de ter, ao lado de uma vigorosa literatura de proposta, uma não menos vigorosa literatura de entretenimento.

Citemos mais um trecho de Paes para reforçar essa ideia: “[...] É em relação a esse nível superior, aliás, que uma literatura ‘média’ de entretenimento, estimuladora do gosto e do hábito da leitura, adquire o sentido de degrau de acesso a um patamar mais alto [...]”¹³.

Esta “teoria do degrau” se opõe ao que podemos chamar de “teoria do hiato e regressão”, ou seja, à afirmação de que há um hiato intransponível entre a alta literatura e a de mercado, e de que esta última jamais poderá ser via de acesso à literatura maior, uma vez que a literatura de entretenimento não só não se sedimenta, como também é um instrumento da regressão do espírito, não é capaz de conduzir a uma consciência crítica autônoma, mas eternamente repete e justifica o *status quo*.

Habermas é bastante adorniano ao afirmar que “a intimidade com a cultura exercita o espírito, enquanto que o consumo da literatura de massa não deixa rastro: ela transmite uma experiência que não acumula, mas faz regredir”¹⁴. Nesse caso, o autor está utilizando o termo literatura de massa no sentido de facilitação psicológica.

Uma terceira posição frente à literatura de mercado não a aborda nem como degrau de acesso à alta literatura, nem como seu antagônico absoluto, mas assume outro ângulo de visão.

13 José Paulo Paes, *op. cit.* Enfocamos aqui três posições críticas; não mencionaremos posturas que consideram qualquer leitura, por si só, positiva.

14 Jürgen Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 196.

Essa terceira postura – chamemo-la de “teoria do filtro” – postula que os efeitos perniciosos da indústria cultural podem ser diluídos ou até mesmo eliminados e revertidos graças a um filtro de rejeição e seleção de que o consumidor disporia.

Alfredo Bosi, um dos representantes desta posição, no que se refere a pelo menos um segmento social, o povo, sintetiza assim sua postura:

O povo assimila, a seu modo [...] Há um filtro com rejeições maciças da matéria impertinente, e adaptações sensíveis da matéria assimilável [...] incorporados ou reincorporados pela generosa gratuidade do imaginário popular¹⁵.

Em outro texto, Alfredo Bosi salienta que a alta cultura e a cultura popular são esses elementos filtrantes. Ou seja, quem, à parte dos produtos da indústria cultural, viver a plena experiência da cultura popular ou da erudita terá uma capacidade de filtragem oriunda da resistência que têm estas esferas culturais.

Da corrente de representações e estímulos o sujeito só guardará o que a sua própria cultura vivida lhe permitir filtrar e avaliar. Mas para que se façam a seleção e a crítica das mensagens, é preciso que o espírito do consumidor conheça outros ritmos que não o da indústria de signos. Se isso não ocorrer, teremos, no limite do sistema, o “homem unidimensional” de Marcuse, com todos os riscos políticos que traz a massificação¹⁶.

Ecléa Bosi, por sua vez, enfatiza que quando se fala em cultura popular como filtro à cultura de massa deve-se falar em cultura popular vivida como enraizamento, ou seja, como “participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade”¹⁷.

Para Avaliar a Literatura *Best-seller* no Brasil

Estas três posturas frente à literatura de massa, que para efeitos de organização chamamos aqui de “teoria do degrau”, “teoria do hiato e da regressão” e “teoria do filtro”, mesmo com seus antagonismos podem esclarecer aspectos diversos da literatura *best-seller*. Entretanto, cada uma destas posições toma outras feições se pensar-

15 Alfredo Bosi, “Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras”, em *Dialética da Colonização*, p. 329.

16 Alfredo Bosi, “Plural mas não Caótico”, em Alfredo Bosi (org.), *Cultura Brasileira: Temas e Situações*, p. 10.

17 S. Weil, *A Condição Operária e Outros Estudos sobre Opressão*, p.317. Citado como epígrafe por Ecléa Bosi, “Cultura e Desenraizamento”, em Alfredo Bosi (org.), *op. cit.*, p. 16.

mos nas consequências de adotá-las frente a um mercado editorial e a uma realidade social como os encontrados no Brasil.

Em relação ao que denominamos aqui “teoria do degrau”, impõe-se pensar que seu alcance é limitado quando se reconhece, no Brasil, a passagem de uma cultura oral para uma eletrônica sem mediação significativa da cultura escrita¹⁸ e a inquestionável hegemonia cultural da televisão no país, meio que se dedica prioritariamente ao entretenimento¹⁹. Em vista desses fatos não podemos considerar que a televisão no Brasil já domina o espaço do entretenimento e portanto seria supérflua a defesa de uma literatura de igual teor?²⁰ Ao defendermos tal literatura não estaríamos, em última instância, defendendo uma literatura a reboque da televisão e portanto apenas reforçadora desta?

Quanto à “teoria do hiato e da regressão”, impõem-se a admiração e o reconhecimento pela precisa caracterização da comunicação de massa e dos efeitos regressores desta. Entretanto, diante do Brasil de hoje e em termos de literatura, cabe indagar se tal postura não conduziria, no limite, a um imobilismo ou então a uma radicalização elitista em termos de ação e análise cultural, dados a alta margem de analfabetismo e o pequeno percentual de leitores regulares no país.

A última postura abordada esquematicamente neste texto e denominada aqui de “teoria do filtro” sem dúvida é a que oferece maior desafio e responsabilidade para os pensadores da cultura no Brasil, uma vez que, para ela, a defesa contra os efeitos nocivos da indústria cultural e da paraliteratura (afirmação que esta posição partilha com a “teoria do hiato”) passa não só pela defesa e salvaguarda da alta cultura e da obra de arte literária (como na “teoria do hiato”), mas também por esferas e problemas como cidadania, vivência, interação em um corpo social, formas de produção e mecanismos de acesso a produtos culturais outros, diferentes e divergentes dos da cultura massiva e massificada.

18 Cf. Hans M. Enzensberger, “Enzensberger: Poder e Estética Televisiva” (entrevista concedida a S. Caparelli e A. Hohlfeld), *Revista Brasileira de Comunicação*, 53, pp. 10-11. Cf. também José Paulo Paes, *op. cit.*

19 Cf. José Marques Melo, *Para uma Leitura Crítica da Comunicação*, p. 79.

20 Vários estudos parecem indicar, em nível internacional, que a televisão ocupou o lugar da literatura leve, mas não o da grande literatura. Cf. José M. Melo, *op. cit.*, pp. 20-21.

Anos 60:

Explosão Qualitativa da Fruição Privada

As vigorosas manifestações artístico-culturais a que assistimos no Brasil de 1964 a 1969 foram, como demonstrou Roberto Schwarz, “uma espécie de floração tardia, o fruto de dois decênios de democratização”²¹. É esse deslocamento cronológico que explica um movimento cultural tão ativo e participante em um momento de fechamento político e econômico, em plena ditadura.

Esses pouco mais de quinze anos de democracia, em que o movimento cultural esteve próximo da massa camponesa e operária, resultaram “numa das fases mais criativas da cultura brasileira, neste século”²², que perseverou e desabrochou após a democracia ter sido derrubada e essa aproximação bloqueada, com o golpe de 1964. E assim, o produto cultural “floração tardia” deste contato passa a ser consumido apenas por uma das partes que estavam na origem desta equação –os intelectuais, estudantes, a classe média urbana intelectualizada

Desfeitos os contatos entre movimento cultural e massa, esses bens culturais passam a atingir apenas o próprio grupo de seus produtores e seus entornos sociais, o que não impediu sua espantosa expansão. O governo militar, em seu primeiro momento, “não impediu a circulação teórica ou artística do ideário esquerdista, que embora em área restrita floresceu extraordinariamente”²³.

21 Este texto foi publicado originalmente, com pequenas diferenças, no *Cadernos de Jornalismo e Editoração*, 11 (26), São Paulo, Com-Arte, ECA-USP, dez. 1990. Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964 – 1969”, em *O Pai de Família e outros Estudos*, p. 89.

22 Chico Buarque e Paulo Pontes, “Apresentação” de *Gota d’Água*, p. XVI.

23 Roberto Schwarz, *op. cit.*, p. 62.

A Explosão da Platéia

Os principais grupos que fizeram o panorama cultural brasileiro do período – suas propostas, desdobramentos, limitações – foram retratados por Roberto Schwarz em seu referido artigo. Para nossos intuítos no presente estudo, convém ressaltar um traço comum ao período: “a importância dos gêneros públicos, do teatro, *affiches*, música popular e jornalismo que transformam este clima em festa e comício”²⁴. É na solidariedade e auto adulação da plateia, ou de outras formas de fruição e consumação pública, que setores da classe média urbana intelectualizada, produtores e consumidores da cultura de esquerda de então, expiavam seus fantasmas e lavavam as roupas sujas da revolução que lhes deixara como herança o fato de, a partir de então, falarem apenas entre si. Essa produção cultural represada adquiria na fruição conjunta um tom de comício, festa, solidariedade e exaltação ao engajamento, esse tom “exortativo e mobilizante que envolvia a todos parecia promover antes a resposta emocionada e esperançosa do que a reflexão e o distanciamento crítico”²⁵.

Neste contexto de valorização dos gêneros públicos, a literatura, que a partir do século XVIII²⁶ é a fruição privada por excelência, sai do primeiro plano.

Apesar de a literatura estar em segundo plano neste período em relação aos gêneros públicos, foi nas páginas impressas, nos livros teóricos e ficcionais, que muitas ideias e posturas, que afloraram nos palcos e telas de então, tiveram suas origens, desenvolvimentos e embates. Como observou Zuenir Ventura:

A geração 68 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil – pelo menos no sentido em que seu aprendizado intelectual e sua percepção estética foram forjados pela leitura. Foi criada lendo, pode-se dizer, mais do que vendo²⁷.

24 *Idem*, p.80.

25 Heloísa B. Hollanda e Marcos Gonçalves, *Cultura e Participação nos Anos 60*, p. 94.

26 Jürgen Habermas, *op. cit.*, cap. V.

27 Zuenir Ventura, *1968: O Ano que não Terminou*, p. 51.

Mercado Editorial nos Anos 60

Este capítulo visa de forma breve, geral e inicial, reunir alguns dados sobre o mercado editorial brasileiro na década de 1960 e, a partir desses dados, traçar algumas observações e levantar algumas hipóteses.

Inicialmente vejamos alguns aspectos quantitativos do mercado editorial da época.

Em 1960, foram publicados no Brasil 36 322 827 exemplares de livros²⁸. Uma vez que a população brasileira era de 65 743 000 habitantes, teremos uma média de 0,55 livros por habitante ao ano (a tiragem total estava dividida entre 3 953 títulos).

QUADRO

Relação livros por habitante/ano em alguns anos da década de 1960.

Ano	População do Brasil	Tiragem total de livros publicados	Livros por hab./ano
1960	65 743 000	36 322 827	0,5
1961	71 868 000	36 322 827	0,4
1962	74 096 000	66 559 000	0,9
1963	76 409 000	54 222 606	0,7
1964	78 809 000	51 914 564	0,6
1967*	86 580 000	154 899 825	2,1
1969	92 282 000	68 583 400	0,7

O mercado editorial brasileiro se mantém nesses níveis extremamente baixos durante toda a década 60, registrando índices que não ultrapassam a barreira de um livro por habitante ao ano. A transposição deste patamar só se dará no início dos anos 70.

28 A conceituação de livros do IBGE exclui folhetos (publicações com menos de 48 páginas). Salvo indicação em contrário, todos os dados referentes ao Brasil foram extraídos dos *Anuários Estatísticos do Brasil* e dos *Censos Demográficos* de 1960 e 1970 publicados pelo IBGE.

* O IBGE não dispõe de dados sobre esse item referentes aos anos de 65, 66, 68 e 70. É possível que os dados referentes a 67 abrangam a produção de 65 e 66. Mesmo a produção de 69 pode estar superestimada.

Os mais Vendidos

Uma reportagem da revista *Veja*, número 15, de 18 de dezembro de 1968, sugerindo livros como presentes de Natal, afirma que a época foi de “explosão editorial” e que “o leitor já conta com a média de seis livros novos interessantes por mês”. Apesar de ser pequena a produção editorial do período, vários memorialistas dos anos 60 partilham essa sensação de “explosão”, a qual deve ser creditada muito mais à qualidade dos títulos impressos, do que à quantidade da produção editorial, que foi pequena, como vimos.

Para termos uma pequena visão dos títulos publicados e dos hábitos de leitura dominantes então, tomemos como amostra o ano de 1968 e, no interior dele, o período que vai de 11 de setembro a 11 de dezembro, através das listas dos mais vendidos da revista *Veja*²⁹.

O marco inicial – 11 de setembro de 1968 – deve-se ao fato de esta ser a data de publicação do número 1 da revista *Veja* da qual utilizamos os dados da seção “Livros mais Vendidos”, e a data limite da utilização desta seção neste estudo deve-se ao fato da listagem de 11 de dezembro de 1968 ser a última publicada antes da decretação do Ato Institucional 5 (13.12.1968), fato que, *grosso modo*, pelo menos culturalmente, pode ser considerado como encerrando a década de 1960 e abrindo os anos 70 no Brasil.

A utilização de tal amostra acarreta vários problemas e limitações, dos quais os mais graves são:

1. a brevidade do período abrangido;
2. a falta de informações sobre os critérios ou os locais dos levantamentos de dados;
3. a não-manutenção do mesmo número de títulos nas listagens – a menor delas (4 de dezembro de 1968) aponta apenas cinco livros e as maiores apontam doze títulos – sendo a média dez indicações.

Não localizamos outra revista ou jornal que mantivesse seção análoga durante o período em questão; também não localizamos dados sobre os mais vendidos do período em geral, nem na Câmara Brasileira do Livro, nem no Sindicato Nacional dos

²⁹ A revista *Veja*, 15, 19, 22 e 24, publicou, com algumas falhas, esta seção até 5 de março de 1968. A partir de então a seção vai se espaçando, até ser totalmente suspensa por alguns anos.

Editores de Livros, nem na Editora Nobel, entidades que atualmente fazem esse tipo de coleta. Com exceção das publicações do IBGE, que são estatísticas gerais e não informam sobre títulos específicos, parece que as coletas de dados sobre mercado editorial só começaram a ser feitas mais sistematicamente a partir de 1970, com o chamado “milagre brasileiro”.

Mesmo levando em conta essas limitações, é possível a utilização desses dados, desde que sejam vistos apenas como “termômetros”, como “sinalizadores” das publicações e leituras de então. Feitas essas ressalvas, passemos à listagem.

Se fizermos um balanço das catorze listagens semanais de 11 de setembro a 11 de dezembro de 1968, obteremos os seguintes títulos como os mais vendidos:

1. *Aeroporto*, Arthur Hailey, Nova Fronteira
2. *Um Projeto Para o Brasil*, Celso Furtado, Saga
3. *Eros e Civilização*, Herbert Marcuse, Zahar
4. *O Desafio Americano*, Jean-Jacques Servan-Schreiber, Expressão
5. *Minha Vida, Meus Amores*, Henry Spencer Ashbee, Hemus
6. *Ideologia da Sociedade Industrial*, Herbert Marcuse, Zahar
7. *Materialismo Histórico e Existência*, Herbert Marcuse, Tempo Brasileiro
8. *Como Desenvolver a Memória*, Joyce D. Brothers, Distribuidora Record
9. *Homem ao Zero*, Leon Eliachar, Expressão
10. *Kama Sutra*, Vatsyayama, Coordenada de Brasília
11. *A Inglesa Deslumbrada*, Fernando Sabino, Sabiá
12. *Filosofia na Alcova*, Marquês de Sade, Contorno

A primeira observação que essa listagem suscita diz respeito ao título mais vendido – *Aeroporto*, de Arthur Hailey. Tal título e sua indiscutível liderança de vendas (ele é o primeiro colocado nas catorze listas investigadas) atestam a força da presença da chamada literatura de mercado, ou literatura da indústria do *best-seller*, entre nós, já na década de 1960, quando a produção editorial não era um negócio tão rentoso

como passou a ser a partir dos anos 70.

Se aceitarmos que a literatura de mercado divide-se em *masscult* – produtos despretensiosos que visam a um lazer francamente fugaz e descartável – e *midcult*³⁰ – produtos tão banais quanto os primeiros, mas que se revestem de um pretensão “verniz erudito” –, veremos que o título mais vendido no período abordado estaria mais próximo do *masscult*, ao contrário dos mais vendidos dos anos 80, em que a *midcult* parece dominar.

Uma segunda observação que se impõe ao nos defrontarmos com esta listagem é a constatação do alto grau de aceitação de Herbert Marcuse entre os leitores brasileiros de então.

Carlos Nelson Coutinho, em um recente artigo que tem como alvo a recepção de Gramsci no Brasil, nos fornece, por comparação, um coerente entendimento da grande aceitação de Marcuse no Brasil.

Segundo Coutinho, o marxismo brasileiro até 1960 tinha como principais “fontes teóricas” os manuais soviéticos de “marxismo-leninismo”³¹ e foi só na virada da década, com o aumento da influência da esquerda, especialmente do Partido Comunista Brasileiro, na vida política e cultural do país, que o marxismo brasileiro iniciou um processo de abertura pluralista. Essa abertura não teria sido propiciada pelo PCB, mas também não foi obstaculizada por ele. Nessa abertura pluralista, publicam-se no Brasil, Gramsci, Lukács, Goldmann e Marcuse, entre outros.

O racionalismo histórico-dialético de Gramsci e Lukács passou a ser visto como expressão de uma tendência conservadora e anacrônica. Consideravam-se mais adequadas às urgentes tarefas impostas pela nova situação a “Grande Recusa” de Marcuse e a supostamente radical “Revolução Epistemológica” de Althusser. Misturados ecleticamente entre si, mas também com Mao Tsé-tung e Régis Debray, Marcuse e Althusser ganharam um lugar privilegiado na cultura da nossa “nova esquerda”, que julgava ser a luta armada a única via para derrotar a ditadura e resolver os problemas do país,

30 Conceitos de Dwight MacDonald retomados por Umberto Eco em *Apocalípticos e Integrados*.

31 Carlos N. Coutinho, “Cidadão Brasileiro”, *Teoria e Debate*, 9, pp. 58-63.

continua Coutinho.

A ideia marcuseana da “Grande Recusa” logo começou a ser vista como uma louvação do irracionalismo e Marcuse, a ser lido como teórico da contracultura – o inimigo seria a cultura racionalista ocidental.

Coutinho coloca essa virada de interpretação de Marcuse como algo que se dá no Brasil nos anos 70, com o fracasso da luta armada, afirmação com a qual concordamos desde que ela se coloque enquanto leitura dominante, mas não exclusiva, pois, acreditamos, a segunda versão, a visão de Marcuse como teórico da contracultura, é algo que se dá não só a nível de leitura, mas também se encontra nos próprios textos. E não nos esqueçamos de que dos três títulos marcuseanos mais vendidos de setembro a dezembro de 1968 no Brasil, o mais vendido foi *Eros e Civilização*, a louvação de uma sociedade humanizada em que o instinto do prazer deixaria de ser reprimido pelo instinto de realidade, graças ao apaziguamento geral da agressividade.

O Marcuse que vigorara então nas listas dos mais vendidos era marxista não-ortodoxo, não-determinista e preocupado com Eros, com o prazer como algo reprimido pela civilização e pelo racionalismo ocidental. Não nos esqueçamos de que 1968 foi um ano atípico em termos de agitações contestatórias e manifestações da contracultura no mundo todo e que o pensamento marcuseano tinha então um grande impacto internacional.

A vertente mais “à direita” desta abertura no pensamento político dos anos 60 encontra seu porta-voz no pensamento liberal de Jean-Jacques Servan-Schreiber, fundador e editor do *L’Express*, cujo livro *O Desafio Americano* é um manifesto contra a visão anti-imperialista da esquerda de então. O prefaciador da edição brasileira, J. Sette Câmara, enfoca assim a questão: “*O Desafio Americano* não poderá deixar de provocar um grande impacto no Brasil [...] ainda vemos por detrás de cada empresa privada americana que aqui aporta a sombra do Pentágono ou do Departamento de Estado”.

Dentro ainda da abertura pluralista que alimentava a reflexão da esquerda de então é que podemos localizar o clássico *Um Projeto para o Brasil*, de Celso Furtado, uma reunião de três ensaios que, segundo o autor, na apresentação do volume, tinha como finalidade “identificar as causas profundas da paralisia de nosso sistema econômico e, ao mesmo tempo, abrir um horizonte de reflexão orientado para a busca de

soluções efetivas e factíveis”.

Vimos que ao lado do Marcuse filósofo e cientista político há o Marcuse teórico da contracultura, da busca da desrepressão. Assim, *Eros e Civilização* pode ser abordado na listagem que visa caracterizar o mercado editorial do ano de 1968 como também liderando uma terceira fatia temática desse mercado – a facção composta pelos textos que pregam a liberação sexual e de costumes. Zuenir Ventura refere-se a uma pesquisa em livrarias que afirmaria que “em cada três livros [...] pelo menos um tratava de questões sexuais”³².

Marcuse, como teórico da desrepressão, teria como colegas de temática na listagem que estamos abordando: *Kama Sutra*, primeira publicação integral no Brasil desse clássico hindu de fisiologia e moral sexual, traduzido por Marcos Santarrita, com ilustrações fotográficas de templos hindus; *Filosofia na Alcova*, do Marquês de Sade; e *Minha Vida, Meus Amores*, de Henry Spencer Ashbee, relato autobiográfico de um estudioso e grande colecionador de arte erótica. Não nos esqueçamos de que foi no ano de 1968 que os Beatles bradaram: “você diz que vai mudar a Constituição, sabe, é melhor liberar sua mente primeiro”³³.

Leon Eliachar e Fernando Sabino são representantes do quarto segmento temático do mercado editorial dos anos 60 que a listagem dos mais vendidos que estamos utilizando parece indicar – os textos nacionais de ficção. O texto de Fernando Sabino, *A Inglesa Deslumbrada*, é uma reunião de cinquenta textos curtos que haviam sido publicados no *Jornal do Brasil* e nas revistas *Cláudia* e *Manchete* entre 1964 e 1966, período em que o autor foi correspondente em Londres. Mais da metade das narrativas contam pequenos e cômicos problemas de um brasileiro vivendo no exterior e a visão do país pelos estrangeiros.

Explicitamente cômico, o livro de Leon Eliachar, *O Homem ao Zero*, reúne charges, piadas, pequenas crônicas, e é apresentado como um “descongestionante cerebral” com bula e tudo.

A tradição de uma literatura explicitamente cômica e voltada ao retrato do país (iniciada por Stanislaw Ponte Preta, com *Tia Zulmira e Eu*, 1961, e *Festival de Besteira que Assola o País I*, 1965), que Leon Eliachar representa na listagem de 1968, encontrará um amplo desenvolvimento nos anos seguintes com o próprio Eliachar (*O*

32 Zuenir Ventura, *op. cit.*, p. 33.

33 Como já observou a respeito do tema José Saffioti Neto na “Introdução” de *Tropicália: 20 Anos*, p.

Homem ao Quadrado, o Homem ao Cubo) e com a continuação do trabalho de Millôr Fernandes, sem falarmos no tabloide *O Pasquim*, lançado em junho de 1969.

O título *Como Desenvolver a Memória*, de Joyce Brothers, não merece maiores comentários. Trata-se de um exemplar do segmento “Viva melhor/Desenvolva suas habilidades”, que sempre teve e, parece, sempre terá espaço no mercado editorial. A mesma psicóloga americana lançou nos anos 70, no Brasil, pela mesma editora, um título análogo: *Como Conseguir Tudo o que Você Quer na Vida*.

Tomando, de forma geral, a lista dos mais vendidos de setembro a dezembro de 1968 como indicadores da produção editorial e dos hábitos de leitura dominantes nos anos 60, veremos que algumas tendências se mantêm até hoje:

1. predomínio dos textos não ficcionais sobre os ficcionais (excluindo os infantis e os didáticos);
2. predomínio do autor estrangeiro sobre o nacional;
3. manutenção de alguns blocos temáticos como os preferidos de vendagem: sexo e comportamento, política e economia.

Veremos, no entanto, que uma tendência atual aparecia invertida: apenas três entre os doze títulos mais vendidos podem ser identificados como produtos elaborados visando explícita e predominantemente ao sucesso de vendas (*Aeroporto, Minha Vida, Meus Amores* e *Como Desenvolver a Memória*). Alguns outros textos podem ter sido oportunamente aproveitados pelo mercado editorial (*Kama Sutra*, por exemplo), mas não são textos que já tragam, no processo mesmo de sua elaboração, a vendagem e as listas dos mais vendidos como meta central, não são puramente frutos da “indústria de *best-sellers*”, tais como os textos que parecem predominar nas listagens dos anos 80.

Estamos nos detendo aqui nos livros publicados, mas não podemos deixar de mencionar que na década de 1960 surgiram, no panorama cultural e editorial brasileiro, as revistas de política e cultura, que tiveram grande impacto e eram lugar de um acirrado debate dos problemas do país – especialmente *Revista Civilização Brasileira, Paz e Terra, Teoria e Prática* e *aParte*, respectivamente em 1965, 1966, 1967 e 1968.

Observações Finais

As fortes manifestações artístico-culturais da década de 1960 no Brasil que ocorreram principalmente nos gêneros públicos – cinema (Cinema Novo), teatro (Arena, Oficina) e música (fase “engajada” da música popular brasileira, Tropicalismo) – continham, cada uma a seu modo, uma visão de Brasil e uma proposta de atuação nesta realidade. Não se pode dizer que houve uma proposta ficcional brasileira com o mesmo espírito. Há livros isolados que vão nesse sentido, como por exemplo *Quarup* (1967), de Antônio Callado, talvez o último romance brasileiro com uma abordagem totalizante do Brasil, mas não há movimentos literários de grande divulgação e impacto nessa direção. A “explosão” do mercado editorial nos anos 60 não se deve ao fato de, tal como nos gêneros públicos, terem surgido movimentos literários polêmicos e relevantes.

Vimos que a sensação de “explosão” do mercado editorial na década de 1960 não pode ser creditada ao aspecto quantitativo do mesmo; vimos, também, que ela não pode ser justificada simplesmente por características formais desse mercado (blocos temáticos predominantes, nacionalidades dos autores mais vendidos, domínio do não ficcional sobre o ficcional); vimos ainda que ela não se deu, como nos gêneros públicos, pela publicação de textos que representassem sem grandes e polêmicos movimentos literários que refletissem o Brasil de então.

Essa “explosão” foi uma explosão qualitativa que se deu num reforço mútuo entre o público leitor e editores. Leitores que dispunham, nos gêneros públicos, de obras polêmicas e de fôlego (elaboradas por produtores culturais de formação literária) e que buscavam nos livros a mesma qualidade e relevância. E produtores editoriais, que, para acompanhar esse público e vender seus livros, tinham que se aprimorar qualitativamente cada vez mais. Esse processo parece também ter sido represado em 1968.

Anos 70:

Industrialização e Segmentação da Cultura

Brasil de 1970 a 1973: sob a presidência do General Emílio Garrastazu Médici, empossado em 1969, o país vive o “milagre brasileiro”, o clima do Brasil “grande potência”, a política do “desenvolvimento acelerado” – “uma década em um ano”*. A classe média passa a ter acesso a eletrodomésticos, a comprar em supermercados e *shopping centers*, para onde vai de carro próprio. À noite assiste-se a televisão – 80% dos lares urbanos possuem o aparelho. A Rede Globo instaura a sua hegemonia. O *Jornal Nacional*, com duração de quinze minutos, exibido por essa rede, integra o país com seus altos índices de audiência e sua visão harmônica do país concatenada ao espírito “Brasil Grande”³⁴.

O santo que produziu o milagre é conhecido [...]: a brutal concentração de riqueza elevou, ao paroxismo, a capacidade de consumo de bens duráveis de uma parte da população, enquanto a maioria ficou no ora-veja. Forçar a acumulação de capital através da drenagem de renda das classes subalternas não é novidade nenhuma. Novidade é o grau, nunca ousado antes, de transferência de renda de baixo para cima³⁵,

afirmam, em 1975, Chico Buarque e Paulo Pontes. Mas, no início dos anos 70, a classe média não ouvia falar desta contra face de sua felicidade.

34 Este texto foi publicado originalmente na revista *Comunicação & Sociedade*, 20, Ed. IMS, São Bernardo do Campo, São Paulo, dez. 1993. Uma versão levemente modificada apareceu em *Gêneros Ficcionalis, Produção e Cotidiano na Cultura Popular de Massa*, organizado por Sílvia Borelli (São Paulo/Brasília, Intercom/CNPq/Finep, 1994).

Os dados históricos foram extraídos principalmente de: *Anuários Estatísticos do Brasil e Censos Demográficos*, IBGE; “Suplemento Especial AI-5”, *O Estado de S. Paulo*, 13 dez. 1978; Memória Fotográfica do Brasil no Século XX, *Nosso Século*, vol. V; Carlos Eduardo Lins da Silva, *Muito além do Jardim Botânico*; Fernão Ramos (org.), *História do Cinema Brasileiro*; Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil: Sua História*; Luiz Carlos Bresser Pereira, *Desenvolvimento e Crise no Brasil. 1930-1983*.

35 Chico Buarque e Paulo Pontes, “Introdução” de *Gota d’Água*, p. xi.

Os primeiros anos da década de 1970 inserem-se em um período que foi chamado por Luiz Carlos Bresser Pereira de “segundo ciclo industrial no Brasil”³⁶. Nesse período o Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa anual de 11,3% e o produto industrial a 12,7% – taxas que eram de 3,2% e 2,6% respectivamente de 1963 a 1967 e que sobem a 5,4% entre 1974 e 1981.

Em 1974, por vários fatores internos vinculados aos equívocos do processo de expansão e pelo fator exógeno do primeiro choque do petróleo, tem início um processo de desaceleração econômica que resultará na recessão de 1981.

Não há uma política cultural correlata à fase áurea do “milagre econômico”. Se podemos falar de uma atuação estatal em relação à produção e à veiculação de produtos culturais, essa é a da censura e do expurgo. Da música ao jornal, do cinema à novela de televisão, a produção cultural é submetida ao crivo da censura, pouco daquilo que tem algum cunho crítico ou polêmico ultrapassa este crivo. Não são poucas as histórias das atitudes mal informadas dos censores, assim como das táticas para driblá-los.

Em um Suplemento Especial de 13 de dezembro de 1978, o jornal *O Estado de S. Paulo* afirma:

Cerca de 500 filmes de longa-metragem, 450 peças teatrais, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de sinopses e capítulos de telenovela foram censurados nos últimos dez anos. Os dados não são exatos pois muitas obras não chegaram a receber o crivo da censura. Simplesmente foram esquecidos e, portanto, não houve divulgação dos números de proibições [...]. No caso do cinema não existe apenas a interdição de filmes, mas também cortes e restrições de idade. A televisão e o rádio também sofreram limitações, que atingiram toda a programação [...].

Aqui e ali, algumas obras com posturas mais críticas conseguem chegar até o público, mas suas vozes não eram numerosas e altas o suficiente para encobrir a entonação da marcha *Pra Frente Brasil* ou o coro do *Eu te amo, meu Brasil*.

³⁶ Luiz Carlos Bresser Pereira, *op.cit.*, p.218 (todo o parágrafo está baseado nesse texto).

Mais Livros nos Anos do “Milagre Econômico”

Segundo os dados do IBGE, em 1972 ultrapassa-se no Brasil a barreira de um livro por habitante ao ano. A população nesse ano é de 98 milhões de habitantes e produzem-se 136 milhões de livros. Em 1972, editou-se 1,3 livros por habitante, contra 0,8 do ano anterior. Com algumas distorções, essa proporção se manterá crescente durante a década, atingindo o índice de 1,8 em 1979.

QUADRO

Relação entre a população do Brasil e a tiragem de livros nos anos 70*

Ano	População do Brasil	Tiragem total dos livros publicados	Relação de livro por hab/ano
1971	95,9	80,1	0,8
1972	98,6	136,0	1,3
1973	101,4	136,0	1,3
1974	104,2	144,7	1,3
1975	107,1	137,8	1,2
1976	110,1	147,2	1,2
1977	113,2	164,8	1,3
1978	116,3	186,7	1,6
1979	119,6	222,6	1,8

* dados em milhões

Que fios vinculam o momento referido e o crescimento do mercado editorial? Como se comportou o mercado editorial brasileiro no decorrer dos anos 70?

Políticas do Estado: Censura e Mecenato Dirigido

A fim de esboçar possíveis hipóteses acerca dos fatos mencionados, é preciso primeiramente nuançar a questão, não abordando a década de 1970 do ponto de vista cultural de maneira monolítica. Para tanto, a década de 1970 será subdividida em pelo menos três grandes momentos: um, até 1974, que se caracteriza pela ausência de uma política cultural e pela atitude da supressão, repressão e expurgo; um segundo, a partir de 1975, marcado pela Política Nacional de Cultura (PNC), formulada por Ney Braga e pelo Conselho Federal de Educação, e outro, ainda, a partir de 1979.

Com a PNC o estado autoritário procura centralizar sua atuação e exercer um “mecenato” em relação à produção cultural e artística por meio de prêmios, incentivos e financiamentos.

Centralização baseada em quê? Na necessidade de “revalidação do patrimônio histórico e científico brasileiro”, com o intuito de “conservar o símbolo de nossa história” [...]. Não é isento o incentivo estatal à cultura. Mecenas interessado, o governo militar chama para si a função de julgar as novidades que interessam ou não, o que é excessivo, apontar os “males”, estimular o que julga de “qualidade”³⁷.

Às formulas do expurgo, a PNC faz somar as de um mecenato dirigido, concatenado com o projeto de distensão política do governo Geisel (1974 a 1978).

Entre esses dois momentos, encontra-se a crise do “milagre brasileiro”, que embalava os sonhos de boa parte da classe média. E com essa crise, “toda uma série de redefinições e remanejamentos começavam a ser operados na vida política e cultural”, culminando na formulação da PNC.

Em ritmo “lento, gradual e seguro”, o Estado passa a gerir, sob o governo Geisel, a crise que se anuncia na vida brasileira [...] o governo Geisel prepara-se para a “transição” reservando um lugar importante para a produção intelectual e artística³⁸.

Esses dois grandes momentos da política estatal em relação à vida cultural nos anos 70 podem e devem ser nuançados e subdivididos em muitos outros que variaram conforme o meio de comunicação envolvido (televisão, rádio, jornal, revista, livro, cinema). Mesmo centrando-se em um único meio, a ação da censura variou quanto à intensidade e à estratégia, desnudando em alguns casos, na atuação “de varejo”, a falta de critérios dos censores.

Um terceiro momento político-cultural merece ainda ser destacado no decorrer dos anos 70 no Brasil. O substrato maior desse terceiro momento não se refere a uma nova posição estatal frente à cultura e à arte, mas a uma vigorosa rearticulação da sociedade civil em fins dos anos 70. Trata-se da entrada em cena do sindicalismo do ABC

37 Flora Sussekind, *Literatura e Vida Literária*, p. 22.

38 *Idem, ibidem*.

e da liderança de Luís Inácio Lula da Silva. No primeiro semestre de 1979 houve uma greve de 160 mil metalúrgicos no ABC. Fato semelhante e em maior escala ocorreu também em abril de 1980, posteriormente à aprovação do manifesto de criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 10 de fevereiro de 1980.

O Cenário da Industrialização da Cultura

Voltemos à nossa questão central: em 1972 o mercado editorial brasileiro ultrapassa a marca de um livro por habitante ao ano. Essa marca, com oscilações, será ascendente no decorrer da década de 1970.

Para abordar esses dados em seu aspecto quantitativo é preciso, de início, levar em conta dois indicativos básicos. O primeiro é a queda da taxa do analfabetismo de 39% para 29% entre os anos de 1970 e 1980, tomando-se por referência o total da população com mais de cinco anos, e o segundo é o crescimento do número de estudantes universitários de cem mil para quase um milhão no mesmo período.

O crescimento do número de universitários alicerçou-se basicamente nas instituições privadas de ensino de terceiro grau. O estado autoritário transferiu ao mercado e ao capital privado a tarefa da expansão do ensino superior e também parte do ensino de primeiro e segundo grau.

Quanto à diminuição das taxas de analfabetismo, elas resultaram em parte de várias campanhas estatais, civis e eclesiais, incluindo aí, como iniciativa e não tanto como efeitos, o malfadado projeto Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Encerrado em 1975, o Mobral respondeu a uma Comissão Parlamentar de Inquérito que averiguou suas irregularidades.

Correlatamente a esses dados vinculados ao âmbito educacional e cultural, é preciso mencionar ainda o crescimento do Produto Interno Bruto no período de 1967 a 1973, propiciando uma maior capacidade de consumo por parcelas da população. Essa maior capacidade de consumo foi também alimentada artificialmente pela instituição do crédito direto ao consumidor. No período áureo do “milagre econômico”, compra-se e consome-se mais no país.

Esses indicadores são o cenário em que se desenrolará uma certa rearticulação da indústria cultural brasileira no panorama pós-68. A comunicação de massa, que já estava em andamento desde 1930 no Brasil, na década de 1970 se tornará “solidifica-

da”, “amadurecida” e industrializada.

Outro dado importante para enfocar o crescimento editorial no Brasil decorreu da aplicação de uma lei de 1968, permitindo que vários pontos do comércio varejista atuassem como pontos de venda de livros, entre eles, farmácias, supermercados e postos de gasolina. Os efeitos dessa lei não foram quantitativamente muito significativos: 2,2% do total dos livros comercializados em 1973 o foram nestes pontos; essa porcentagem sobe para 4,4% em 1978 e decai para 2,1% em 1979. Mesmo assim, essa lei não deixou de ser uma atitude em prol da difusão do livro.

O número de vendas de livros em papelarias e bancas de jornal é quantitativamente mais significativo: em 1973, 9,6% do total dos livros comercializados foram vendidos em papelarias e 2,2% em bancas de jornal; em 1979, 6,0% foram distribuídos em papelarias e 20,9% em bancas de jornal.

Quem mais se beneficiou das bancas de jornal como pontos de venda de livros foi a Editora Abril, com suas coleções de livros e de fascículos a serem encadernados. *A Bíblia mais Bela do Mundo* foi o primeiro empreendimento (1965) da Abril no setor de fascículos. Para sua distribuição e comercialização, a Abril utilizou a rede de dezoito mil bancas que já estava montada no país em função da distribuição das revistas da editora.

A partir daí seguem-se muitas outras coleções, entre as quais a coleção de livros de filosofia *Os Pensadores* iniciada em 1974 e a de livros de economia, *Os Economistas*, iniciada em 1982. As tiragens oscilavam entre cinquenta mil e quinhentos mil exemplares. Um claro caso de industrialização profissional da produção e da comercialização editorial.

Mencionando o aspecto quantitativo do crescimento inicial do mercado editorial brasileiro dos anos 70, passaremos agora a abordar as mudanças do perfil dos livros vendidos em livrarias durante o decorrer da década. Buscaremos verificar também se há vínculos entre esses perfis dominantes e os vários momentos sócio-culturais pelos quais o país passou no período.

A Expansão da Televisão e o Mercado Editorial

A televisão é o meio de comunicação mais influente no Brasil e é em torno dela que gira a indústria cultural. O Estado autoritário teve o seu papel no estabelecimento dessa influência.

O vertiginoso crescimento da TV no País era condição essencial para o sucesso do modelo econômico adotado a partir de 1964. O Estado jogou alto para que o número de aparelhos de TV se disseminasse pelo Brasil: construiu um moderno sistema de micro-ondas, abriu possibilidade de crédito para a compra de receptores, forneceu a infraestrutura indispensável para sua expansão. E os objetivos a serem atingidos não eram apenas de ordem ideológica [...]. A televisão teve como função a partir de 64 a operação de acelerar o processo de circulação do capital para viabilizar a forma de acumulação monopolista adotada desde então³⁹.

Enfocando essa mesma questão e centrando-se no período pós-69, Sérgio Mamberti, citando Eugênio Bucci, comenta: “O grande projeto cultural da ditadura foi, sem dúvida alguma, o fortalecimento e a ampliação das redes nacionais de televisão, aliás, muito bem-sucedido”⁴⁰.

É curioso notar que foi só no pós-69, depois do início da implantação das redes nacionais de televisão, que os intelectuais brasileiros abandonaram uma atitude laudatória em relação a esse meio de comunicação de massa, passando a ser mais céticos: “A atitude adesiva e até mesmo entusiástica, na década de 60, época áurea das leituras sobre *mass communication*, passou a ser crítica a partir de 70”⁴¹.

A expansão e o caráter francamente dominante da televisão como principal meio de comunicação no Brasil favorecem um determinado segmento no mercado livreiro e nas listas de *best-sellers*: o de autores de forte presença na televisão.

Assim, em 1971, o livro *Milho pra Galinha, Mariquinha*, de Marisa Raja Gabaglia, coletânea de 33 contos publicada pela editora Sabiá, vende em uma semana dez mil exemplares só no Rio de Janeiro. Marisa atuava então como jurada do programa de auditório de Flávio Cavalcanti.

39 Carlos Eduardo Lins da Silva, *op. cit.*, p. 27.

40 Sérgio Mamberti, “Comentário” a Muniz Sodré, “Álbum de Família”, *Rede Imaginária*, p. 230.

41 Alfredo Bosi, “Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras”, em *Dialética da Colonização*, p. 321.

Em 1973, Chico Anísio, já então veterano humorista de televisão, tem dois livros incluídos na lista dos dez livros nacionais mais vendidos do ano: *O Enterro do Anão* (3º) e *É Mentira, Terta?* (6º). Este último livro mantém-se ainda na listagem referente ao ano de 1974 como o 10º livro de autor nacional mais vendido. Em 1974, o autor emplaca um outro livro como o 5º mais vendido: *A Curva do Calombo*. Em 1975, *Teje Preso* é o 5º mais vendido do ano no segmento de autores nacionais⁴².

O impacto da disseminação da televisão nos anos 70 teve um efeito nocivo sobre o cinema: a venda de ingressos para sessões cinematográficas, de 2,1 ingressos por habitante ao ano em 1971, decaiu para 1,3 em 1980.

A Literatura e o País

A partir de 1974, começa a ficar óbvio que o “milagre brasileiro” não cumprira tudo o que prometera:

74 parece anunciar um quadro marcado pelo crescente agravamento da crise do milagre econômico, a relativa perda de coesão entre as forças que sustentavam o regime, o crescimento da insatisfação popular e a paulatina retomada do debate político⁴³.

A classe média passa a se interessar mais pela situação do país e os produtos culturais voltam a abordar enfaticamente o tema.

Esse interesse pela situação do Brasil contemporâneo é simultâneo à formulação, por parte do Estado, da Política Nacional de Cultura. “A intervenção estatal nos sugere o reconhecimento de uma crescente tendência à articulação institucional da produção cultural no Brasil”⁴⁴. A conquista do mercado é tema sempre presente tanto da parte do Estado quanto dos produtores culturais.

A retomada das questões nacionais vai produzir toda uma literatura politizada e engajada. Abordando essa produção literária engajada dos anos 70, Heloísa Buarque de Holanda a divide em três tipos:

42 Todos os dados sobre ranking de *best-sellers* foram extraídos das listas anuais de 1973 a 1978 da revista *Veja*. A listagem referente a 1973 foi publicada na *Veja* de 02 jan. 74; a de 1974 em 08 jan. 75; a de 1975 em 31 dez. 75; a de 1976 em 29 dez. 76; a de 1977 em 04 jan. 78 e a de 1978 em 27 dez. 78.

43 Heloísa Buarque de Holanda e Marcos A. Gonçalves, “Política e Literatura: A Ficção da Realidade Brasileira”, em Armando Freiras Filho (org.), *Anos 70. Literatura*, p. 31.

44 *Idem*, p. 37

1. romances políticos, que se propõem a “contar a história, testemunhar, colar-se ao real imediato”⁴⁵;
2. memórias, relatos testemunhais;
3. o que se poderia chamar “literatura de sintoma”, aquela que flagra o sentimento de opressão e angústia característico da intelectualidade e dos artistas naquele momento.

Desses três tipos de literatura engajada, o primeiro deles, denominado aqui romance político, é o que aparecerá nos anos 70 nas listas dos mais vendidos.

Podemos incluir nesse tópico:

Incidente em Antares, de Érico Veríssimo, livro de autor nacional mais vendido no ano de 1973;

Solo de Clarineta, do mesmo autor, livro mais vendido em 1974 e o 9º em 1975;

Calabar, de Chico Buarque de Holanda, o 4º em 1974;

Fazenda Modelo, também de Chico Buarque, o mais vendido em 1975;

Gota d'Água, de Chico Buarque e Paulo Pontes, livro de ficção mais vendido em 1976.

É preciso notar que, nos anos 70, a expansão dessa literatura explicitamente vinculada à história recente do país, abertamente engajada, de caráter às vezes até jornalístico, extrapola em suas causas o momento brasileiro de então:

A fragmentação, o fundamento do alegórico, não está na singularidade do destino brasileiro do momento. Ela está na amplitude da história do capital e na impossibilidade da gente dizer, num determinado momento, a totalidade. Isso é que determina o alegórico, não é a simples situação ime-

⁴⁵ *Idem*, p.13

diata do governo autoritário de tal a tal ano. A alegoria é anterior aos anos de repressão, a forma alegórica é anterior⁴⁶.

Segmentação do Mercado

Em meados dos anos 70, ao lado dos romances políticos e dos textos atrelados ao *star system* televisivo, convivia nas listas dos livros mais vendidos uma literatura brasileira não diretamente engajada e de feitura literária bastante complexa e elaborada, como:

Baú de Ossos, memórias de Pedro Nava, 3º no segmento de autores nacionais no ano de 1973;

Balão Cativo, memórias de Pedro Nava, 6º no mesmo segmento em 1974;

Chão de Ferro, de Pedro Nava, o 4º livro mais vendido em 1976 no segmento ficção;

Água Viva, de Clarice Lispector, como o 8º no segmento de autores nacionais em 1973;

Avalovara, de Osman Lins, 3º no mesmo segmento em 1974;

As Meninas, de Lígia Fagundes Telles, o 5º de 1975 e

Dora Doralina, de Raquel de Queirós, o 6º de 1975.

Autores já consagrados em termos de vendagem mantiveram-se nas listas dos mais vendidos nos anos 70: Jorge Amado tem seu *Tereza Batista* como o livro de autor nacional mais vendido em 1973 e 7º lugar no ano seguinte e *Tieta do Agreste* foi o 3º livro de ficção em 1977.

José Mauro de Vasconcelos reaparece em meados dos anos 70 com *O Veleiro de Cristal*, 1º no segmento de autor nacional em 1973, e *Vamos Aquecer o Sol*, 8º no mesmo segmento em 1974.

Quanto à literatura de autor não-brasileiro aparecem nas listas de mais vendi-

⁴⁶ Davi Arigucci Jr., “Jornal, Realismo, Alegoria: O Romance Brasileiro Recente”, *Achados e Perdidos*, p. 95.

dos principalmente representantes de uma ficção norte-americana *mass cult*, como *O Exorcista*, o mais vendido no segmento autor estrangeiro em 1973 e 1974 e 9º em 1975, *Tubarões*, 2º em 1975, além de Arthur Hailey, Morris West, J. Susann (*Uma Vez só é pouco*) e Richard Bach (*Fernão Capelo Gaivota*).

Mais para o final dos anos 70 teremos o *boom* do “realismo fantástico” latino-americano: *O Outono do Patriarca*, de Gabriel Garcia Marques, 2º no segmento de ficção em 1976, *Conversa na Catedral*, de Mario Vargas Llosa, 1º no segmento ficção em 1978, e *Tia Júlia e o Escrevinhador*, do mesmo autor, o 2º no mesmo segmento e mesmo ano.

Observa-se, assim, nas listagens anuais de livros mais vendidos, em meados dos anos 70, a convivência de produções culturais bastante díspares: textos atrelados ao *star system* televisivo, romances políticos, literatura nacional formalmente inventiva e de difícil fruição, literatura de massa e de gosto médio de autores nacionais consagrados, tudo isso ao lado de narrativas de massa de autores norte-americanos ao *boom* do “realismo fantástico” latino-americano. Essa coabitação disparatada deu-se porque o crescimento do mercado e sua solidificação conduziram a sua maior segmentação.

Fim da Década: Interesse pelo Brasil

Os ventos democratizantes que sopraram neste país em 1978 e 1979, com o surgimento de um sindicalismo forte e com o processo de abertura consolidado na lei da Anistia em agosto de 1979, tiveram seus reflexos no mercado editorial, mais no setor de não-ficção do que no segmento literatura ficcional.

Os dez livros mais vendidos no ano de 1978 no segmento não-ficção foram:

1. *As Veias Abertas da América Latina*, E. Galeano
2. *A Ditadura dos Cartéis*, Kurt Mirow
3. *O Governo de João Goulart*, Moniz Bandeira
4. *Depoimento*, Carlos Lacerda
5. *Cuba de Fidel*, J. L. Brandão

6. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, J. W. Foster Dulles
7. *O Relatório Hite*, Shere Hite
8. *Lições de Liberdade*, Sobral Pinto
9. *Os Militares no Poder II*, Carlos Castello Branco
10. *Bagaço de Beira Estrada*, Mário Lago.

Salta à vista nessa listagem a preocupação com o levantamento da história e a interpretação de fatos referentes ao Brasil recente.

Essa preocupação com os destinos do país e o resgate da memória de sua história recente no segmento não-ficção convive, no segmento literatura de ficção, com títulos em que dominam a presença de autores não-brasileiros e temário não-vinculado à realidade circundante imediata, como por exemplo *Ilusões*, de Richard Bach, e *Encontro no Nevoeiro*, de J. M. Simmel. A disparidade entre esses dois segmentos do mercado editorial levou a revista *Veja* (27 dez.78, p. 75) ao seguinte comentário: “Já se disse, aliás, que o leitor deste país diverte-se em inglês e preocupa-se em português”.

A tematização das controvérsias e conflitos políticos contemporâneos, dominante em 1978 no segmento não-ficção, é uma tendência já verificável desde 1974. Em 1974, *Agosto 1914*, de A. Soljenítsin, foi o 3º livro de autor estrangeiro mais vendido e no mesmo segmento, *Arquipélago Gulag* foi o 4º mais vendido de 1975.

Em 1976, no segmento não-ficção, temos dois textos que enfocam mais precisamente a política nacional: *Os Militares e a Política*, de Alfred Stepan (5º) e *O Governo Kubitschek*, de M. V. M. Benevides (6º). Em 1977, o grande *best-seller* no segmento não-ficção foi *A Ilha*, de Fernando Morais, relato das observações do jornalista em torno de sua viagem a Cuba.

Será em uma zona de intersecção entre o chamado segmento ficcional e o não ficcional que, em 1979, teremos *O que é Isso Companheiro?*, o grande *best-seller* que tematiza as memórias do ex-militante político e ex-exilado Fernando Gabeira. O livro vende 80 mil exemplares em 1979 e Gabeira reacende com esse texto um filão que se desenvolverá mais na primeira metade dos anos 80.

Essa explosão da temática nacional no segmento de não ficção parece ter sido um bom motivo para que a revista *Veja* alterasse sua forma de contagem anual de livros mais vendidos. A revista segmentou contagem em autores nacionais e autores estrangeiros referentes aos anos de 1973, 74 e 75 e em ficção e não ficção nas listagens referentes aos anos de 1976, 77 e 78⁴⁷.

Resumindo, podemos dizer que são dados importantes na abordagem do crescimento do mercado editorial no início dos anos 70: a queda nas taxas de analfabetismo, o crescimento do número de estudantes universitários, a industrialização da produção e da comercialização editorial, inclusive em bancas de jornal, e o crescimento do PIB, fatos esses correlatos ao “milagre econômico”.

A seguir, passamos a enfocar variações do perfil dos livros mais vendidos em livrarias, no decorrer dos anos 70.

Vimos que a expansão da comunicação de massa que se solidificou no Brasil nesse período, centrada basicamente na televisão, foi o substrato de um determinado segmento do mercado editorial – a literatura atrelada ao *star system* televisivo.

A falência do “milagre econômico” e a consciência dos altos custos humanos e sociais que o país tinha pago por ele, assim como a inquietação quanto aos rumos do futuro, vimos, incrementaram a vendagem de uma certa literatura ficcional de temática política em meados dos anos 70. Essas preocupações após a Abertura e a Anistia impulsionaram as vendas dessa temática no segmento não-ficcional.

A segmentação de uma produção cultural voltada para o mercado, este também cada vez mais segmentado, impede que se possa identificar um padrão único no mercado editorial brasileiro. Encontramos aqui um mosaico complexo de temáticas e de níveis de complexidade textual bastante indicadores desta segmentação.

Industrialização da produção cultural – foi esse o termo com que mais nos deparamos ao tentar entender e descrever o mercado editorial brasileiro nos anos 70, seu desempenho em vendas e a literatura brasileira aí presente. O fato de enfocar a década de 1970 como um período em que a indústria cultural e produção cultural massificada⁴⁸ se solidificaram no Brasil não implica que aceitamos uma visão global da

47 Maria Elena O. O. Assumpção tem outra hipótese para o fato. Cf. Maria Elena O. O. Assumpção, *O Romance Brasileiro Contemporâneo enquanto Produto Editorial*. Segundo a autora havia um certo paternalismo em relação à literatura brasileira e o crescimento deste segmento tornou dispensável a antiga separação.

48 Lembremos que a oposição à cultura de massa, para a grande maioria da população brasileira, não é a cultura erudita, mas sim a cultura rústica. Cf. Sérgio Miceli, *A Noite da Madrinha*, “Conclusões”.

época como a de um “vazio cultural”. Nossa ênfase aqui, pela própria especificidade do tema mercado editorial, foi no aspecto quantitativo da produção cultural do período e nas variações do perfil aí dominante. Isso não quer dizer que, mesmo sem ter atingido o mercado de forma significativa, não tenha existido nesta época produção cultural de qualidade nem elaboração⁴⁹ que passasse por outros caminhos e rumos que não os da crescente massificação da cultura.

49 Como exemplos de levantamento e análise de produções culturais dos anos 70 que passaram ao longo da industrialização cultural, ver, entre outros, para a poesia marginal, Carlos Alberto Messeder Perreira, *Retrato de Época: Poesia Marginal dos Anos 70*, e, para a imprensa alternativa, Bernardo Kucinski, *Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa*.

Anos 80 : Ecletismo e Oscilações

Dois órgãos coletaram e divulgaram dados quantitativos sobre a produção de livros no Brasil na década de 1980: o Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Snel, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Os dados de nenhum dos dois abrangem a totalidade da década: o Snel não coletou dados nos anos de 83 e 84, e o IBGE, neste tópico, enfocou apenas o período de 1982 a 1985.

O Snel trabalha com dados fornecidos pelas próprias editoras; como esse fornecimento é voluntário, há possibilidade de suas conclusões estarem subestimadas. O IBGE tabula dados coletados e fornecidos por órgãos federais como o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, do então Ministério de Educação e Cultura. Ambos chegam a resultados bastante divergentes entre si.

Assim sendo, não há uma fonte inquestionável de informações quantitativas confiáveis sobre o mercado editorial brasileiro e que cubra todo o período enfocado.

Feitas essas ressalvas pode-se dizer que, no Brasil, de 1980 a 1989, a correlação média anual de livros publicados por habitante ficou em torno de 1,5 livros, com momentos de “pico” de 1980 a 82 e em 1986.

Ciente das dificuldades relativas à obtenção de dados sobre o assunto, em 1992 a Câmara Brasileira do Livro estabeleceu convênio com a Fundação João Pinheiro e tornou-a responsável por coletar e tabular dados a respeito do mercado editorial brasileiro, a partir de 1990. O procedimento da Fundação é o da estimativa sobre uma amostragem de editoras. Note-se que seus resultados referentes a 1990 são radicalmente díspares dos do Snel.

O índice brasileiro de livros por habitante ao ano está longe do índice dos Estados Unidos, que é algo em torno de dez livros por habitante⁵⁰, mas não é dos piores do planeta. Podemos confirmar essa última afirmação, pelo consumo de quilos de papel

50 Conforme o presidente da Câmara Brasileira do Livro, Armando Antongini Filho, em entrevista à *Abigraf*, n.145, ano XVIII, mar./abr. 93, p.64.

impresso (excluindo o dos jornais) ou utilizado para escrita, por habitante, dado “que é um bom indicador da capacidade de produção de material escrito, inclusive livros”, uma vez que há muitas dificuldades de obtenção de dados sobre livros nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Os conjuntos de países que têm menor desempenho neste último indicador são os países africanos e os países árabes⁵¹.

O índice nacional de tiragem total de livros em relação aos habitantes torna-se mais significativo se levarmos em conta a porcentagem de analfabetos e a ampla parcela da população que vive nos limites da sobrevivência física, excluída, portanto, de qualquer acesso ao consumo, inclusive de consumo cultural.

QUADRO

Ano	População brasileira* (a)	Tiragem total dos livros publicados segundo diferentes fontes		
		Snel(b)	IBGE(c)	F. João Pinheiro(d)
1980	121,3	242,7		
1981	124,1	218,8		
1982	126,9	245,9	206,9	
1983	129,8		181,3	
1984	132,7		178,8	
1985	135,6	161,9	197,2	
1986	138,4	209,1		
1987	141,6	186,5		
1988	144,4	161,6		
1989	147,4	155,5		
1990	150,4	115,0		239,3
1991				303,4

* dados em milhões

(a) População brasileira residente projetada. *Anuário Estatístico do Brasil – 1990*, IBGE, 50ª edição, p.63, onde consta a seguinte nota: “o valor da estimativa da população (referente a 1980) é superior ao Censo Demográfico de 1980 (119 002 706), por considerar correção de subenumeração inerente aos levantamen-

⁵¹ *Unesco Sources*, n.14, abr. 1990, p.7. Os dados se referem a 1987.

tos estatísticos”.

- (b) *Produção Editorial Brasileira 1987/1988, 1989 e 1990*, Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Snel.
- (c) *Anuários Estatísticos do Brasil*, IBGE. Considera-se livro uma “publicação não periódica impressa com um mínimo de 49 páginas sem contar as capas”, *Manual de Instruções ECO 7 – Bibliotecas Universitárias e Especializadas*, Fundação IBGE / MEC / Secretaria Geral.
- (d) *Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro*, Câmara Brasileira do Livro/Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, abr. 1993.

Se esta situação é lamentável de um ponto de vista político e humano, revela, por outro lado, a grande potencialidade do mercado editorial no Brasil, uma vez que com uma diminuta parcela da população em condições de ler e comprar livros já se atingiu o patamar citado.

Além disso, a parcela participante do consumo de livros enfrenta um complicador que é a má comercialização e distribuição dos mesmos, considerada a pequena rede nacional de livrarias e pontos de vendas de livros.

Levando-se em conta esses obstáculos à expansão do mercado editorial brasileiro e refletindo-se que, apesar deles, o mercado já é bastante significativo, torna-se patente a potencialidade de seu crescimento. Note-se que apesar do índice brasileiro de livro por habitante ao ano ser baixo, o fato de a população ser numericamente grande, uma das maiores populações mundiais, torna o Brasil um amplo mercado, comparado a outros países: o Brasil ocupa o sétimo lugar no mercado mundial de livros⁵². No quadro de um mercado dessa amplitude, colocamos a questão: o que se lê no Brasil?

Para a abordagem do que foi lido no Brasil na década de 1980 quanto a assuntos enfocados, tipos de narrativa e autores, serão utilizadas as listas dos dez títulos mais vendidos de ficção e não ficção de cada ano, publicadas por *Leia Livros* a partir de 1980. Em alguns anos não foram feitas listas anuais ou estas foram menores que os tradicionais dez títulos por segmento. Nesses casos elaboramos as listas anuais a partir das listas mensais. Para os anos de 1988 e 1989, utilizamos as listagens elaboradas

⁵² Ver *Abigraf* (Associação Brasileira da Indústria Gráfica), São Paulo, ano XVII, n.142, set./out. 92, p. 86.

pelo Datafolha e publicadas na *Folha de S. Paulo*, uma vez que *Leia Livros* modificou sua forma de listagem, deixando de dividir os segmentos ficção e não ficção, como é hábito em outros países.

Esses levantamentos dos livros mais vendidos são realizados em uma amostra de livrarias. O tamanho dessa amostra variou entre vinte e cinquenta livrarias. É preciso ter em mente que as livrarias representam, segundo dados do Snel⁵³, apenas algo em torno de 40 a 45% do total de vendas do mercado de livros. É preciso levarmos em conta também que raramente um livro didático ou infantil chega às listas dos *best-sellers*, devido à diversidade de oferta de títulos. No entanto, esses segmentos ocupam algo em torno de 45 a 70% (estimativa variável conforme fontes diferentes) do total do mercado editorial.

Mesmo sabendo da inexatidão desse tipo de levantamento, cremos que as listas podem ser utilizadas como termômetros ou sintomas indicativos do que se lê, no Brasil, no plano das escolhas voluntárias.

O objetivo deste texto é caracterizar o mercado editorial brasileiro nos anos 80. Após a apresentação desses dados quantitativos gerais passaremos a enfocar, utilizando as listagens de mais vendidos de cada ano, variações nessas listagens, separando por segmento (ficção e não ficção) e distinguindo os autores brasileiros dos estrangeiros.

A Presença dos Ficcionistas Brasileiros

Já se disse que o brasileiro, quanto a leituras, “preocupa-se em português, mas diverte-se em inglês”, caracterizando-se assim o baixo índice de presença de autores ficcionais brasileiros nos hábitos e na preferência do leitor, em comparação com o segmento da não-ficção. O leitor, na década de 1980, podia buscar a reflexão e a informação em um escritor brasileiro, mas dava preferência a um escritor estrangeiro na hora da leitura de lazer ou fruição estética.

Durante a década de 1980, o número de escritores brasileiros entre os dez títulos mais vendidos de cada ano, no setor de literatura ficcional, oscilou. Dois títulos nas listas de 1981 e 1986; três títulos em 1980, 1982 e 1984; quatro títulos em 1983 e 1989 e cinco títulos em 1985. Em 1987 e 1988 nenhum escritor nacional figurou na

⁵³ Ver, por exemplo, *Produção Editorial Brasileira*. Análise de Resultados 1987/1988, Snel, item: percentual de vendas por vias de comercialização.

lista dos mais vendidos no segmento.

A baixa iniciada em 1986 começa a ser revertida em 1989, com a presença de quatro títulos de escritores nacionais, dois deles de um mesmo autor: Paulo Coelho. *O Alquimista*, de Paulo Coelho ocupa o segundo lugar em 1989 (e será o primeiro em 1990) e *Diário de um Mago*, do mesmo autor, é o quinto mais vendido em 1989 (e o segundo em 1990).

Os escritores brasileiros que mais tiveram títulos entre os dez mais vendidos de cada ano na década de 1980 foram Fernando Sabino (cinco) e Luiz Fernando Veríssimo (quatro). Em seguida, com três títulos aparece Jorge Amado, e, com dois títulos cada, Rubem Fonseca, Carlos Drummond de Andrade, João Ubaldo Ribeiro e Paulo Coelho. Ainda aparecem, com um título cada, Antônio Calado, Eça de Queiroz, Ignácio de Loyola Brandão, Dias Gomes, Márcio Souza e Marcelo Rubens Paiva.

Aponto a seguir os ficcionistas brasileiros que apareceram durante a década de 1980.

1980 (*Leia Livros*, janeiro de 1981)

1º *O Grande Mentecapto*, Fernando Sabino, Record

4º *A Tragédia da Rua das Flores*, Eça de Queiroz, Moraes

8º *Farda, Fardão, Camisola de Dormir*, Jorge Amado, Record

1981 (*Leia Livros*, janeiro de 1982)

3º *A Falta que Ela me Faz*, Fernando Sabino, Record (contos)

4º *Sempre Viva*, Antonio Callado, Nova Fronteira

1982 (*Leia Livros*, dezembro de 1982)

1º *O Analista de Bagé*, Luiz Fernando Veríssimo, L&PM (humor/contos)

5º *Não Verás País Nenhum*, Ignácio de Loyola Brandão, Codecri (ficção científica)

6º *Sucupira, Ame-a ou Deixe-a*, Dias Gomes, Civilização Brasileira

1983 (listas mensais publicadas por *Leia Livros* durante o ano)

3º *O Menino no Espelho*, Fernando Sabino, Record

6º *O Analista de Bagé*, Luiz Fernando Veríssimo, L&PM (humor/contos)

8º *A Ordem do Dia*, Márcio Souza, Marco Zero

9º *Outras do Analista de Bagé*, L. F. Veríssimo, L&PM (humor/contos)

1984 (os cinco primeiros títulos foram extraídos de *Leia Livros*, janeiro de 1985, os demais foram calculados a partir das listagens mensais dessa mesma publicação)

6º *A Grande Arte*, Rubem Fonseca, Francisco Alves (policial)

7º *O Gato Sou Eu*, Fernando Sabino, Record (contos)

9º *A Velhinha de Taubaté*, L. F. Veríssimo, L&PM (humor/ contos)

1985 (listagem elaborada a partir das listas mensais publicadas em *Leia Livros*)

3º *Viva o Povo Brasileiro*, João Ubaldo Ribeiro, Nova Fronteira

5º *Tocaia Grande: A Face Obscura*, Jorge Amado, Record

6º *Amar se Aprende Amando*, Carlos Drummond de Andrade, Record (poesia)

7º *A Faca de Dois Gumes*, Fernando Sabino, Record (contos/ o conto que dá título ao volume pode ser considerado policial)

8º *O Corpo*, Carlos Drummond de Andrade, Record (poesia)

1986 (*Leia Livros*, janeiro de 1987)

5º *Bufo & Spallanzani*, Rubem Fonseca, Francisco Alves

10º *Blecaute*, Marcelo Rubem Paiva, Brasiliense (ficção científica).

1987 (*Leia Livros*, dezembro de 1987)

Não consta nenhum escritor brasileiro.

1988 (*Folha de S. Paulo*, 30 de dezembro de 1988 [E-5])

Não consta nenhum escritor brasileiro.

1989 (*Folha de S. Paulo*, 30 de dezembro de 1989 [F-2])

2º *O Alquimista*, Paulo Coelho, Rocco

5º *O Diário de um Mago*, Paulo Coelho, Rocco

7º *Tieta do Agreste*, Jorge Amado, Record

9º *O Sorriso do Lagarto*, João Ubaldo Ribeiro, Nova Fronteira

Dos cem títulos que constaram durante os anos 80 nas listagens anuais dos dez livros mais vendidos no segmento literatura de ficção, 26 foram de autores brasileiros, pouco mais do que um quarto do total.

A listagem nos apresenta uma seleção de livros bastante eclética e fica difícil, a partir dela, tentar vislumbrar constantes. Em todo caso, alguns traços básicos se revelam.

Note-se, em primeiro lugar, a predominância dos romances em relação aos contos e à poesia. Dos 26 livros em questão, dezessete são romances, sete são de contos e apenas dois são de poesia.

Dos 26 livros acima listados apenas sete podem ser claramente definidos quanto ao gênero: quatro são de humor, dois de ficção científica e um romance é policial. Indicamos na listagem, entre parênteses, os textos clara e explicitamente filiados a

um gênero. Talvez essa pequena filiação a um gênero literário explícito deva-se ao fato do autor brasileiro de ficção buscar fazer quase sempre a “grande obra” e não se conceber produzindo literatura de entretenimento⁵⁴.

É claro que a complexidade da questão dos gêneros escapa a essas nomenclaturas e definições e é preciso ter em mente uma larga margem de flexibilidade quanto a esses dados. Vários textos aqui listados, apesar de não poderem ser claramente identificados, apresentam francos traços de um determinado gênero. Por exemplo, os traços de narrativa policial *noir* em *Bufo & Spallanzani*, de Rubem Fonseca, ou no conto *A Faca de Dois Gumes*, de Fernando Sabino, que dá título ao volume ou ainda, os óbvios traços de humor e paródia⁵⁵ em *Sucupira, Ame-a ou Deixe-a*, de Dias Gomes.

Quanto à temática, do assunto primordialmente focado nos livros que constam desta listagem de mais vendidos, encontram-se desde os hábitos regionais ao esoterismo, da carnavalização da situação brasileira à louvação do amor carnal.

Outro aspecto da listagem que estamos enfocando é a presença de dois fatores habituais de incremento de vendagem de livros: a fidelidade a autores já conhecidos (Jorge Amado, Fernando Sabino) e a presença dos autores ou de obras suas na televisão. O livro de Dias Gomes foi obviamente “puxado” pela veiculação, na principal rede de televisão do país, de uma novela de sua autoria que se passava na cidade de Sucupira, nome que aparece no título do volume; e o livro de Eça de Queiroz, pela veiculação de uma minissérie televisiva baseada em um romance seu.

Paulo Coelho, que consta na lista dos mais vendidos de 1989 com dois títulos, iniciou aí talvez o mais notável fenômeno editorial brasileiro das últimas décadas. Depois de dois livros de pouco impacto (*Arquivos do Inferno* e *Manual Prático do Vampirismo*), a partir de 1989 o autor desponta como um autêntico campeão de vendagem. O conjunto de seus quatro livros *O Alquimista*, *Diário de um Mago*, *Brida* e *As Valquírias* alcançou a cifra de 3,1 milhões de exemplares vendidos no país até julho de 1993. O livro *O Alquimista* vendeu, até junho de 1993, 1,65 milhões de exemplares em todo o mundo. Segundo levantamento, realizado no final de junho de 1993 e citado no *Guinness: O Livro dos Recordes 94*, Paulo Coelho permanecia nas listas dos mais vendidos por quatro anos ou 208 semanas.

54 Conforme afirmação de José Paulo Paes, em “Por uma Literatura Brasileira de Entretenimento (ou: O mordomo não é o único culpado)” em *A Aventura Literária: Ensaios sobre ficção e ficções*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 25 a 38.

55 Estudando a literatura policial no Brasil já notamos como a transposição deste gênero para o contexto nacional levou à acentuação de seus traços cômicos.

Ficcionistas Estrangeiros -maioria na Lista dos mais Vendidos

Dos cem títulos que constam das listas anuais de livros de ficção mais vendidos no Brasil entre 1980 e 1989, 74 são de autores estrangeiros. Entre esses autores, os campeões foram Sidney Sheldon e Milan Kundera, cujos textos figuraram seis vezes nas referidas listagens. Em seguida, com quatro “entradas” cada, temos Frederick Forsyth, Colette Dowling, Regine Déforges e Marion Zimmer Bradley.

Costuma-se afirmar uma distinção entre três níveis de Cultura (alta cultura ou cultura erudita, cultura média e cultura de massa), retomada por Umberto Eco⁵⁶ a partir da proposta de Van Wyck Brooks, revista por Dwight MacDonald, com as ressalvas efetuadas pelo próprio Eco, a saber:

1. Os três níveis não correspondem a classes sociais. Alfredo Bosi notou que, no Brasil, a “cultura erudita cresce principalmente nas classes altas e nos segmentos protegidos da classe média” e a cultura de massa “corta verticalmente todos os estratos da sociedade, crescendo mais significativamente no interior das classes médias”⁵⁷;

2. Os três níveis não representam graus de complexidade e um produto pode ter mais de uma possibilidade frutiva, ou, então, ser assimilado em um nível diferente do de sua origem;

3. Os três níveis não correspondem a três níveis de validade estética;

4. A transmigração de um produto para esferas inferiores pode ter diversos significados, inclusive a evolução do gosto coletivo.

Aceitando essa distinção entre os três níveis de cultura e transpondo-a para a esfera literária, postula-se a existência, de uma alta literatura, uma literatura de nível médio e uma literatura de massa de nível popular. Estes dois últimos rótulos “são úteis para distinguir, dentro da literatura de entretenimento, aquilo que, por sua elaboração mais rudimentar, visa a um público menos discriminativo, daquilo que, por sua fatura mais elaborada, pretende atingir leitores de maior exigência”⁵⁸.

⁵⁶ Ver: Umberto Eco, *Apocalípticos e Integrados*, pp. 31 a 67.

⁵⁷ Alfredo Bosi, “Cultura Brasileira”, em D. T. Mendes (coord.), *Filosofia da Educação Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985, pp. 159/160.

⁵⁸ José Paulo Paes, *idem*, p. 28.

Veremos que dos 74 títulos em questão apenas dois são de alta literatura ou literatura erudita: *Em Busca do Tempo Perdido*, de Marcel Proust, reeditado pela Globo (oitavo lugar de vendagem em 1981) e o volume *Poesia*, de T. S. Eliot, editado pela Nova Fronteira (sexto lugar também em 1981). Os demais seriam da esfera da literatura média ou da literatura de massa; com predomínio da chamada literatura média.

A literatura média, produzida por autores como Morris West, Manoel Puig e Milan Kundera, compôs 51% dos mais vendidos. A literatura de massa ficou com 40%, sendo os principais autores: Sidney Sheldon, Harold Robbins e Regine Déforges. Por fim, a chamada literatura alta obteve 8%, com nomes como Marcel Proust, T. S. Eliot e Dino Buzzati.

A presença de T. S. Eliot na listagem dos mais vendidos anuais é também uma exceção, do ponto de vista da forma, pois apenas seu livro, em toda a listagem, é de poesias. O predomínio absoluto é de romances, não constando nenhum livro de contos.

A temática esotérica, que explodirá a partir de 1989 no segmento ficção nacional, com Paulo Coelho, estava antecipada desde 1986 com *As Brumas de Avalon*, de Marion Zimmer Bradley (sexto lugar no setor de ficção desse ano, e primeiro em 1987 e em 1988).

Nota-se entre os títulos de autores estrangeiros mais vendidos, no segmento ficção na década de 1980, a presença de alguns textos de literatura policial: *Assassinato na Casa do Pastor*, de Agatha Christie (décimo em 1980), *Parque Gorki*, de Martin C. Smith (terceiro em 1982), *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco (primeiro em 1984), e *O Perfume*, de Patrick Süskind (terceiro em 1987). Os romances de espionagem se fazem representar pelo *A Garota do Tambor*, de John Le Carré (segundo em 1983), mas pode-se dizer que, sem serem explicitamente textos de gêneros definidos, há uma grande presença de traços da literatura de espionagem ou da de suspense em muitos dos títulos que compareceram na listagem abordada. A ficção científica se faz representar na mesma listagem por um único título: *2010: Uma Odisséia no Espaço 2*, de A. Clarke (sétimo lugar em vendagem no segmento ficção no ano de 1983).

De maneira geral, enfocando o segmento ficção nos anos 80 no Brasil, pode-se dizer que o protótipo de livro mais vendido foi o romance de autor estrangeiro, de confecção literária média, sem subgênero definido.

Autores Brasileiros - maioria entre os mais Vendidos de Não ficção

Com exceção dos anos de 1987 e 1988, nos demais anos da década de 1980 os escritores brasileiros foram responsáveis por no mínimo metade dos títulos que figuraram nas listas dos dez livros mais vendidos por ano, no segmento não-ficção. Dos cem títulos que compõem as dez listas anuais dos dez títulos mais vendidos, 55 são de autoria de escritores brasileiros, sendo que os “picos” dessa presença se deram nos anos de 1984 e 1986.

Os autores brasileiros que mais tiveram títulos nas listas dos mais vendidos de não-ficção foram:

Fernando Gabeira

1º *O que é isso Companheiro*, 1980

5º *O Crepúsculo do Macho*, 1980 e 4º, 1981

2º *Entradas e Bandeiras*, 1981

Marta Suplicy

4º *Conversando sobre Sexo*, 1983

9º *A Condição da Mulher*, 1984

5º *De Mariazinha a Maria*, 1985

Marcelo Rubens Paiva

1º *Feliz Ano Velho*, 1983 e 1º, 1984

Fernando Morais

1º *Olga*, 1986 e 4º, 1987

Com duas “entradas” cada, mas com um total menor, em termos de pontuação, do que os autores acima citados, aparecem: Marina Colasanti, Marilena Chauí, Eduardo Mascarenhas, J. C. de Assis e João Uchôa Jr., este último, autor de textos para regimes alimentares e receitas culinárias.

Quanto ao assunto, entre os títulos de autores nacionais mais vendidos no setor não-ficção nos anos 80, verificamos a seguinte distribuição:

Política e/ou economia atual ou recente	36 %
Memórias, biografias e autobiografias	30 %
Sexo, educação, psicologia e/ou feminismo	21 %
Relatos de viagem	9 %
Saúde e alimentação	5 %
Outros	10 %*

* A soma resulta maior do que cem pois alguns títulos entraram em duas classificações.

Autores Estrangeiros de Livros de Não ficção

Os mesmos assuntos que figuram nos textos de não-ficção de autores nacionais foram verificados nos textos de autores estrangeiros mais vendidos. Há porém uma inversão de ordem. Os títulos de autores estrangeiros mais vendidos no segmento não-ficção na década de 1980 podem ser assim distribuídos:

Sexo, educação, psicologia e/ou feminismo	40 %
Memórias, biografias e autobiografias	33 %
Política e/ou economia atual ou recente	22 %
Divulgação científica	8 %
Saúde e alimentação	4 %
Outros	8 %*

* A soma resulta maior que cem pois alguns títulos entraram em duas classificações.

Quando se compara a abordagem desse item por autores estrangeiros e por autores nacionais, a alteração na ordem das três primeiras temáticas dos títulos mais

vendidos no segmento não-ficção é pequena, mas nos parece significativa. O fato da temática “política e/ou economia atual ou recente” ser primeiro lugar no segmento autor nacional e terceiro lugar no segmento autor estrangeiro, sublinha a importância dos escritores brasileiros como “decodificadores” do próprio país.

Os autores estrangeiros que mais tiveram obras incluídas nas listagens anuais dos mais vendidos no segmento não-ficção foram: Colette Dowling (*Complexo de Cinderela*, segundo em 1984 e primeiro em 1985; *Complexo de Perfeição*, terceiro em 1989) e Robert Johnson (*She*, primeiro; *He*, segundo e *We*, nono; todos três no ano de 1988). Comparecem ainda, com duas “entradas” cada, Alex Comfort, Alvin Toffler e Lee Iacocca.

Duas Observações

Os dados até aqui apresentados e os comentários elaborados permitem fazer algumas observações de caráter geral que podem servir para explicar as oscilações na escolha de leituras por parte do público no mercado editorial brasileiro.

1. Uma primeira correlação que parece se evidenciar é o vínculo entre a conjuntura social, um certo humor político e a maior ou menor presença de autores brasileiros entre os títulos mais vendidos.

A década de 1980 inicia-se em clima de pós-abertura política, “lenta e gradativa”. O ex-exilado Fernando Gabeira surge como ponta da leva daqueles que, retornando, se propuseram a recontar a história recente do país e a intervir em seu presente.

O otimismo para com a abertura e a reflexão sobre seu significado e alcance são elementos sociais que impulsionaram as vendas de Fernando Gabeira e de outros autores de mesma temática, como Alfredo Sirkis. Saindo do plano autobiográfico e situando-se no conceitual, esse contexto de relativa esperança e vontade de informação propiciou o sucesso de venda de *O que é Ideologia*, de Marilena Chauí, em 1981.

Em 1985 temos um “pico” de vendas de autores nacionais de ficção e, em torno desse ano, temos a mesma alta no segmento não-ficção. Não é difícil notar que existe uma correlação entre esse “pico” e o clima de otimismo e vontade de participação na vida pública que a campanha Diretas Já captou e otimizou. Essa correlação fica mais forte se atentarmos para os *best-sellers* de então: *Viva o Povo Brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro; *Olga*, de Fernando de Moraes; *Brasil nunca mais*, *O Complô que Elegeu*

Tancredo e Os Mandarins da República.

Se o clima de otimismo e participação é um dado qualitativamente importante para se entender o aumento da presença de autores nacionais entre os mais vendidos em 1985, o aumento do número de exemplares editados nos anos de 1985 e 1986 deve ser explicado pelas taxas econômicas ascendentes, obtidas durante o Plano Cruzado e seu reflexo no ano seguinte. Essas taxas ascendentes se seguiram à forte recessão de 1981-1984, e apresentam uma diminuição no seu ritmo de crescimento no final da década⁵⁹.

2. Se atentarmos para os títulos que compõem as listas dos mais vendidos dos anos 80 podemos levantar a hipótese de que um texto depende de um duplo alicerce para se firmar em termos de vendagem. Esse alicerce é composto, por um lado, de elementos internos à narrativa e, por outro, de elementos externos a ela. Por elementos internos, entendemos o assunto, o enredo, as técnicas narrativas, o estilo etc. Por elementos externos entendemos, entre outros, a popularidade do escritor, que pode advir da divulgação de algum evento pessoal ou de seus trabalhos por outros meios como jornais, revistas, televisão, campanhas de *marketing* etc.

Como, no Brasil, o principal problema da indústria do livro talvez seja o rompimento do círculo de desinformação, que isola o potencial leitor do universo da literatura, os fatores externos parecem ser fundamentais no “despertar” de leitores. Laurence Hallewell comenta esse isolamento: “A maioria dos brasileiros deixa de comprar livros para a leitura de lazer porque, além dos autores conhecidos e detestados no tempo de escola, simplesmente não sabem que outra coisa ler”⁶⁰.

Confirmando essa necessidade de rompimento do círculo de desinformação, para vendagem de um livro, notemos que vários dos autores, dos livros mais vendidos nesse período, especialmente brasileiros, desenvolviam atividades que, por torná-los conhecidos do público, reforçavam as vendas. Paralelamente ao lançamento de seus textos iniciais, Marta Suplicy manteve um programa diário na televisão de maior audiência do país; Fernando Sabino e Luiz Fernando Veríssimo mantinham seções permanentes em jornais e revistas de circulação nacional.

59 Ver: Vilmar Faria, “A Conjuntura Social Brasileira”, *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 33, jun. 1992.

60 Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, p. 571.

Novas Tendências no início da Década de 1990

Apesar do corte temporal a que nos propusemos, não podemos nos furtar de traçar um breve comentário sobre as alterações no mercado editorial brasileiro que os dados sobre os primeiros anos da década de 1990 parecem indicar.

Quanto ao aspecto quantitativo geral, segundo a Fundação João Pinheiro, em 1990 a produção editorial brasileira foi de 239 milhões de exemplares (212 milhões vendidos) e em 1991, 303 milhões (289 milhões vendidos)⁶¹, mesmo número estimado para os anos de 1992 e 1993.

Nestes primeiros anos da década de 1990, houve um considerável aumento da presença de autores nacionais tanto no segmento ficção quanto no não-ficção, segundo os levantamentos anuais dos mais vendidos, realizados pelo Datafolha (*Folha de S. Paulo* 29 dez.90, 21 dez. 91, 20 dez. 92 e 2 jan. 94).

A tendência do autor brasileiro ser mais lido no setor não-ficção que no setor ficção manteve-se, mas a presença no segmento ficção cresceu, em comparação com a década de 1980. Dos quarenta títulos de não ficção, que constam nas listas dos mais vendidos, 27 (67,5%) são de autores brasileiros, e dos outros quarenta títulos no segmento ficção, dezenove (47,5%) são de escritores nacionais. Em ambos os setores a presença de autores nacionais é proporcionalmente maior que a média verificada na década anterior.

No segmento ficção manteve-se a tendência a uma literatura média, sem gênero claramente definido. Apenas quatro títulos podem ser enquadrados em gêneros explícitos: três romances de aventura/espionagem de autores estrangeiros e um romance policial (*Bala na Agulha*, de Marcelo Rubens Paiva, sexto em 1993).

No segmento ficção, dos dezoito títulos de autores nacionais que entraram nas listas dos mais vendidos de 90, 91, 92 e 93, Paulo Coelho é responsável por quatorze das “entradas” – seus livros *O Alquimista*, *Brida*, *Diário de um Mago* e *As Valkírias* aparecem por repetidas vezes ao longo desses anos. Além de Paulo Coelho, os outros autores brasileiros que figuraram nas listas anuais de *best-sellers* de ficção entre 1990 e 1994 foram apenas Chico Buarque (*Estorvo*), Rubem Fonseca (*Agosto, Romance Negro e Outras Histórias*) e Marcelo Rubens Paiva (*Bala na Agulha*).

61 *Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro*, Fundação João Pinheiro/Câmara Brasileira do Livro, Belo Horizonte, abr. 1993, pp. 60 e 61.

A explosão editorial de Paulo Coelho requer a menção de duas questões complexas, frente às quais parece não haver a possibilidade de respostas unívocas, mas que, apesar disso ou talvez por causa disso, não podem ser omitidas.

Nem sempre a presença de autores nacionais entre os mais vendidos é índice da relevância ou da oportunidade do texto. A primeira reflexão diante de tal *boom* é certa relativização da euforia e da louvação *a priori*.

Outra reflexão, muito importante do ponto de vista de nossa pesquisa, que o fenômeno Paulo Coelho suscita, é a necessidade de relativizar a distinção entre os segmentos ficção e não ficção nas pesquisas e análises sobre mercado editorial. Apesar da utilidade dessa segmentação, como indicador geral em alguns casos específicos, ela se torna problemática e é necessário um olhar mais flutuante. Não faz sentido dizer que nos textos de Paulo Coelho há um fazer literário ficcional, assim como o há em Carlos Drummond de Andrade ou em Eça de Queiroz. Por outro lado, para muitos de seus leitores os livros de Paulo Coelho não são lidos como textos de ficção, mas são vistos como acesso “a outra realidade” ou como manuais de receitas e exercícios místicos.

Se o esotérico está dominando o setor de ficção, no segmento não ficção os livros de autoajuda se impuseram. Ao lado de outros escritores estrangeiros de temática análoga, o médico brasileiro Lair Ribeiro fatura com receitas de como ganhar dinheiro, sucesso e beleza. Duas surpresas, entretanto, neste segmento, merecem ser citadas: a reportagem sobre prostituição infantil feminina de Gilberto Dimenstein, *Meninas da Noite*, (décimo em 1992) e o simpático diário *Confissões de Adolescente*, de Maria Mariana (oitavo em 1993).

Quatro anos é um espaço de tempo curto para se afirmar tendências de uma década, de maneira cabal. Essas predominâncias até aqui verificadas tanto podem se consolidar quanto podem se inverter nos próximos anos, apesar da hipótese primeira ser a mais provável.

Referências Bibliográficas

Abigraf [Associação Brasileira das Indústrias Gráficas], 142. São Paulo, ano XVII, set./out. 92 e 145, São Paulo, ano XVIII, mar.-abr. 93.

ADORNO, Theodor W. “A Indústria Cultural” (conferência radiofônica). In: COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional/Edusp, 1971.

Anuários Estatísticos do Brasil e Censos Demográficos. IBGE, 1960 e 1970.

ARRIGUCCI JR., Davi. “Jornal, Realismo, Alegoria: O Romance Brasileiro Recente”. *Achados e Perdidos*. São Paulo, Polis 1979.

ASSUMPÇÃO, Maria Elena O. O. *O Romance Brasileiro Contemporâneo enquanto Produto Editorial*. São Paulo, Comunicação Jornalística e Empresarial, Série Pesquisa/2, IPCJE/ECA/USP, 1987.

BOSI, Alfredo. “Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras”. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, 3. reimpressão.

_____. “Plural, mas não Caótico”. In: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura Brasileira: Temas e Situações*. São Paulo, Ática, 1987.

BOSI, Ecléa. “Cultura e Desenraizamento”. In: BOSI, Alfredo (org.). *op. cit.*

Brasil em números. IBGE, vol. 2, 1993.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1983*. 14. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BUARQUE, Chico e PONTES, Paulo. “Introdução” de *Gota d’Água*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa & GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e Participação nos*

Anos 60. 6. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. “Política e Literatura: A Ficção da Realidade Brasileira”. In: FREITAS FILHO, Armando (org.). *Anos 70. Literatura*. Rio de Janeiro, Ed. Europa, 1980.

Cadernos da PUC, 8 – Arte e Linguagem, São Paulo, Cultrix, 1980.

Cadernos de Jornalismo e Editoração, 11 (26). São Paulo, Com-Arte, ECA-USP, dez. 1990.

COUTINHO, Carlos N. “Cidadão Brasileiro”. *Teoria e Debate*, 9, jan.-fev.-mar. 1990.

Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro, Câmara Brasileira do Livro/Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, abr. 1993.

DUCROT, Oswald & TODOROV, Tzvetan. *Dicionário das Ciências da Linguagem*. 3. ed. Trad. A. Massan, J. Afonso, M. Carrilho e M. Font, Lisboa, P. Dom Quixote, 1976.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. Trad. Pérola de Carvalho, São Paulo, Perspectiva, 1970.

ENZENSBERGER, Hans M. “Enzensberger, Poder e Estética Televisiva” (entrevista concedida a S. Caparelli e A. Hohlfeld). *Intercom – Revista Brasileira de Comunicação*, 53, jul.-dez. 1985, ano VIII.

FARIA, Vilmar. “A Conjuntura Social Brasileira”. *Novos Estudos Cebrap*, 33, São Paulo, jun. 1992.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp, 1985.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Trad. F. Kothe, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo, Scritta Editorial, 1991.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Muito Além do Jardim Botânico*. 2. ed. São Paulo, Summus Editorial, 1985.

- MAMBERTI, Sérgio. “Comentário” a SODRÉ, Muniz. “Álbum de Família”. *Rede Imaginária*. São Paulo, Companhia das Letras / Sec. Municipal de Cultura, 1991.
- MARCONDES FILHO, Ciro (org.). *Dieter Prokop*. São Paulo, Ática, 1978.
- MELO, José Marques. *Para uma Leitura Crítica da Comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1985.
- Memória Fotográfica do Brasil no Século XX. Nosso Século*, vol. V. 1960/1980. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- MESSENDER, Carlos Alberto. *Retrato de Época. Poesia Marginal Dos Anos 70*. Rio de Janeiro, Ed. Funarte, 1981.
- MICELI, Sergio. *A Noite da Madrinha*. São Paulo, Perspectiva, 1982.
- MOTT, Frank Luther. *Golden Multitudes: The Story of Best-Sellers in the United States*. New York, Macmillan, 1947.
- PAES, José Paulo. “Por Uma Literatura Brasileira de Entretenimento”. *A Aventura Literária: Ensaio sobre Ficção e Ficções*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- Produção Editorial Brasileira 1987-1988, 1989 e 1990*, Snel.
- PROKOP, Dieter. “Signos de Felicidade e Destruição. Holocausto: A Estrutura de um Produto Internacionalizado de Comunicação”. In: MARCONDES FILHO, Ciro. (sel., org. e trad.). *Dieter Prokop*. São Paulo, Ática, 1986.
- RAMOS, Fernão (org.). *História do Cinema Brasileiro*. São Paulo, Art Editora, 1987.
- SAFFIOTI NETO, José. “Introdução” a *Tropicália: 20 anos*. São Paulo, SESC, s/d.
- SCHWARZ, Roberto. “Cultura e Política 1964-1969”. In: *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. (Nova edição Paz e Terra/Secretaria de Estado da Cultura, 1992).
- SODRÉ, Muniz. *Teoria da Literatura de Massa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- “Suplemento Especial AI-5”, *O Estado de S. Paulo*, dez.1978.
- SUSSEKIND, Flora. *Literatura e Vida Literária*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

TODOROV, Tzvetan. "Tipologia do Romance Policial". *Poética da Prosa*. Trad. M. S. Cruz, Lisboa, Ed. 70, 1979.

Unesco Sources, 14, abr. 1990.

VENTURA, Zuenir. *1968: O Ano que Não Terminou*. 17. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

Documentos

Folha de S.Paulo, de jan. 1988 a dez. 1993.

Leia Livros, de jan. 1980 a dez. 1988.

Veja, de 1968 a 1978.



Sobre a autora

Sandra Reimão é professora na Universidade de São Paulo. Escreveu, entre outros, os livros **Livros e Televisão: Correlações** (São Paulo: Ateliê, 2004) e **Repressão e Resistência: Censura a livros na ditadura militar** (São Paulo: Edusp, 2011).

